

IVANETE CASTRO DOS SANTOS SILVA

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR À DISTÂNCIA NA MODALIDADE SEMI-
PRESENCIAL

LISBOA
2018

IVANETE CASTRO DOS SANTOS SILVA

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR, À DISTÂNCIA, NA MODALIDADE SEMI-
PRESENCIAL

Dissertação Definida em provas publicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 27/11/2018, perante o juri, constituído, nos termos pelo Despacho Reitoral n.º 329/2018, de 02 de Novembro, conforme o artigo 22º, do Decreto-Lei de n.º 74/2006, de 24 de Março, atendendo à nova redação apresentada pelo decreto. Lei n.º 65/2018, de 16 de Agosto, bem como o Artigo 44º do Regulamento Pedagógico da ULHT, pelos seguintes Professores:

Presidentes:

Professor Doutor José Bernadino Duarte

Professor Doutor António Teodoro

Arguente:

Professora Doutora Rosa Srradas Duarte

Orientador: Prof. Doutor Óscar C. de Sousa.

LISBOA
2018

DEDICATÓRIA

À minha família, na pessoa do meu esposo Jorge Marcel Vottero dos Santos, minha Mãe, Raimunda Castro dos Santos, e das minhas filhas, Renata, Rebeca e Fernanda - por sua capacidade de acreditar em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, e ao meu esposo Jorge Marcel Vottero dos santos, por ter sido meu parceiro em todos os momentos da minha vida!

A todos os professores do Curso de Mestrado em Educação, por me proporcionarem o conhecimento e a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação e por terem concedido dedicação à minha pessoa; não somente por me terem ensinado, mas por possibilitar a aprendizagem.

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, doaram um pouco de si para que a conclusão desta pesquisa se tornasse possível.

Por tudo isso, só o que tenho a dizer – é muito obrigada!

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar como se dá o processo de Ensino à Distância (EaD) do curso de Serviço Social semi-presencial para estudantes deficientes de uma instituição de ensino superior privado, identificando desafios e possibilidades de superações no contexto da INCLUSÃO. O texto foi construído à luz da pesquisa qualitativa, envolvendo procedimentos de produção de dados que permitiram realizar inferências a respeito das informações oriundas da investigação empírica. Os dados recolhidos permitem concluir que o ensino e aprendizagem constituídos no curso semi-presencial de Serviço Social em EaD da ULBRA-Manaus/AM, particularmente, os processos e metodologias desenvolvidos junto aos alunos deficientes – permitem uma educação que democratiza saberes, fortalece aprendizagens e aproxima os pares (tanto alunos deficientes ou não / quanto os professores das diversas disciplinas). Desse modo, a pesquisa realizada permitiu inferir que, da condição de segregação, vivenciada nos primeiros tempos, passando pela integração, até chegarmos ao modelo inclusivo, muito tem se caminhado, e essas trilhas percorridas foram desenvolvidas de maneira significativa, em especial, quando se envolve nessa contextualização e processos implementados, as pessoas com deficiência, agora, protagonistas de seu tempo e história.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação a Distância (EaD). Ensino Superior. Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

The objective of this study was to know how the process of distance learning (EaD) of the semi-presential Social Service course for disabled students of the Lutheran University Center of Brazil (ULBRA-Manaus / AM) is given, identifying challenges and possibilities for overcoming context of INCLUSION. The text was constructed in the light of the qualitative research, involving procedures of data production that allowed to make inferences about the information coming from the empirical investigation. The data collected allow us to conclude that the teaching and learning in ULBRA-Manaus / AM's semi-face-to-face Social Service in EAD, particularly the processes and methodologies developed with disabled students - allow an education that democratizes knowledge, strengthens learning and peers (both disabled and non-disabled students as well as teachers from different disciplines). Thus, the research carried out allowed us to infer that, from the condition of segregation, experienced in the early days, through integration, to the inclusive model, much has been done, and these trails have been developed in a significant way, especially when involves in this contextualization and processes implemented, people with disabilities, now, protagonists of their time and history.

Keywords: Inclusive education. Distance Education (EaD). Higher Education. People with Disabilities.

Índice

INTRODUÇÃO.....	9
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	11
1.1. Fundamentos da Inclusão.....	11
1.2. Enquadramento Legislativo da Inclusão educativa no Brasil	14
1.3. Fatores facilitadores da Inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais	27
1.3.1 Atitude.....	27
1.3.2 As práticas pedagógicas dos professores.....	28
1.3.3 A organização da Instituição Educativa	29
1.3.4 A articulação com a comunidade.....	31
1.3.5 A formação dos professores	32
1.4. O ensino à distância	33
1.5. A Inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior	46
2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	48
2.1 Problemática e Questão de Partida	49
2.2. Objetivos.....	50
2.2.1 Geral	50
2.2.2 Específicos.....	50
2.3. Natureza do estudo	51
2.4. Técnicas e Instrumentos de recolha e tratamento de dados.....	52
2.4.1 Pesquisa documental.....	52
2.4.2 Roteiro e Procedimentos das Entrevistas	52
2.4.3 Procedimentos de análise dos dados.....	54
3. RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	55

3.1. Caracterização da Instituição.....	56
3.2. O Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social em EaD da ULBRA-Manaus/AM	62
3.3. Entrevistas	67
3.3.1 Identificação dos Entrevistados (docentes e discentes).....	67
3.3.2 Resultado das entrevistas.....	69
REFLEXÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	i

Índice de Figuras

<i>Figura 1 – História da EAD a partir das tecnologias de comunicação.....</i>	41
<i>Figura 2 - Fachada da ULBRA-Manaus/AM</i>	56
<i>Figura 3 - Desenho arquitetônico da rampa da instituição</i>	58
<i>Figura 4 - Estacionamento da ULBRA-Manaus (lugares reservados)</i>	59

INTRODUÇÃO

Pensar em inclusão escolar nos remete ao compromisso de valorização do sujeito/aluno e das suas habilidades. Para isso, há necessidade de uma postura pedagógica que reconheça esse aluno enquanto ser em potência, pois mesmo diante de alguma limitação e/ou privação decorrente da deficiência, ainda assim, haverá possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento que serão propiciadas por intermédio das trocas sociais e do desenvolvimento das potencialidades subjetivas de cada um.

Nessa perspectiva, a concepção de instituição educacional inclusiva nos revela uma proposta que implica em estabelecer modificações na escola, a fim de melhor atender aos alunos com deficiência, visando incluí-los de fato para que possam participar ativamente dos processos educativos escolares. Essa intenção está centrada no desenvolvimento dos mesmos no decorrer das práticas pedagógicas que serão mediadas pelo professor, buscando superar as dificuldades reveladas pela deficiência.

Nesse contexto, a proposta pedagógica aos alunos que possuem alguma deficiência deverá levar em conta um currículo correspondente que envolva técnicas, metodologias, recursos didáticos, profissionais qualificados e uma educação significativa que atenda as necessidades das particularidades dessas pessoas. Considerando esses pré-requisitos e o reconhecimento de que, é a partir da modificação do comportamento humano, das premissas do conhecimento cognitivo, afetivo e psicossocial, adquirido e passado de geração em geração, que as mudanças na área educacional com proposta inclusão, de fato poderão acontecer.

Associando a proposta de educação inclusiva com as novas tecnologias, em especial, com a educação a distância (EaD) – podemos dizer que, a orientação pedagógica deverá ser muito bem elaborada, pois além dos atributos acima expostos, exigirá conhecimentos dos protagonistas docente e discente para utilizar os mais diversificados recursos tecnológicos/ midiáticos, haja vista que são eles que veiculam os processos da aprendizagem.

Vale ressaltar que as exigências impostas pela evolução da humanidade como o rádio, a televisão, o telefone, computador e, atualmente, as inúmeras funções e programas oferecidos pela internet, além dos novos dispositivos que surgem a cada dia, bem como aplicações tecnológicas que são encontrados – são produtos oriundos da construção e reconstrução dos conhecimentos humanos e das facilidades que as tecnologias propõem

e que envolvem diretamente todo indivíduo que dela precisa para se desenvolver profissionalmente e socialmente.

No caso deste estudo, iremos apresentar de que modo os professores do curso de Serviço Social de uma instituição de ensino superior privada na modalidade em EaD, bem como um grupo de estudantes deficientes do referido curso – percebem, identificam e desenvolvem suas atividades pedagógicas, conhecendo os desafios e as possibilidades de superação no contexto educacional superior. Neste viés, as tecnologias estão em todas as áreas do conhecimento e não poderiam ser dissociadas da educação formal, da sala de aula, dos professores, dos discentes, como também, da proposta da educação inclusiva – como iremos identificar nesse estudo.

A investigação encontra-se ancorada na pesquisa qualitativa, onde procuramos analisar criteriosamente a produção empírica constituída no estudo e as respostas dos participantes enunciadas à luz do roteiro de entrevistas elaborado e de alguns documentos (proposta arquitetônica para acessibilidade e a proposta pedagógica do curso semi-presencial de Serviço Social) considerados imprescindíveis para a pesquisa. Para organização do estudo, fizemos um entrecruzamento entre a questão de partida da pesquisa (apresentada no capítulo 2) com os objetivos específicos e, com isso, criou-se focos temáticos que foram discutidos nos resultados e na análise dos dados recolhidos.

O estudo se compõe a este momento introdutório e de três capítulos. O primeiro, dividido em dois tópicos, aborda temas referentes à educação inclusiva e à educação a distância, permitindo conhecer de forma súmula o sentido/significado de uma e de outra e ainda contribuir para a compreensão de conceitos relevantes para a pesquisa empírica. O segundo capítulo apresenta o desenho metodológico constituído na pesquisa, detalhando cada elemento que faz parte a estrutura da pesquisa. Quanto ao último capítulo, este proporcionou conhecer os resultados da investigação, momento em que foi feita a análise e inferências necessárias. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Nosso intuito é que este estudo possa contribuir para as discussões sobre educação inclusiva no viés da Educação a Distância (EaD), possibilitando além das reflexões, suscitar a demanda de novas investigações que se debrucem sobre o assunto em pauta, sugerindo diretrizes e ações para ser amplamente discutidas na elaboração de políticas públicas voltadas às melhorias na práxis pedagógica concernente ao público de alunos que possuem alguma deficiência, em especial, àqueles que estudam em programas e projetos de EaD.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo é apresentada uma reflexão com amparo teórico sobre os temas da inclusão e seus marcos legais, além de dialogar com seus aspectos facilitadores na ótica da educação especial. Em seguida, discutimos sobre a Educação a Distância (EaD), também considerado temática basilar na contextualização do estudo e, posteriormente, construímos uma análise sobre a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior. A intenção é a apropriação dos conceitos e análise sobre esses tópicos e as relações que constituem a contextualização do estudo.

1.1. Fundamentos da Inclusão

Os fundamentos da inclusão aqui apresentados possuem o intuito de compreender que a diferença não é algo que conduz as pessoas deficientes a tornarem-se inferiorizadas, mas sim, que precisam *con* (viver) em igualdade de direitos. Portanto, nesse contexto, é fundamental a análise da diferença como princípio que permite visibilizar o respeito pelo outro, independente de quem quer que seja nos seus múltiplos aspectos, em particular, aos estigmas e estereótipos, os quais, muitas vezes são apresentados como fatores que dificultam a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no cenário educacional.

O termo diferença expressa polissemia e também é polifônica - pela multiplicidade de perspectivas revestidas nas práticas sociais. Pode ser considerado como uma categoria analítica, propiciando diversos sentidos e significados, de acordo com a prática discursiva na qual se insere. Por essa razão, é mais adequado e conveniente falar em diferenças, no plural. No entanto, é preciso sinalizar que as diferenças não podem continuar a ser vistas e observadas como desvios da norma, daquilo que é considerado “normal” pela sociedade.

Dentre os inúmeros espaços com diferentes sentidos e significados, vamos nesse estudo considerar as salas de aula – vistas como espaços e lugares onde as diferenças emergem, se destacam e não podem ser silenciadas, excluídas ou segregadas. Elas falam por si mesmas, pois expressam modos diferenciados de ser e de agir.

No caso específico de pessoas com deficiência, os rótulos postulados as apontam como pessoas incapazes, onde o marcador principal da diferença em sala de aula estará relacionado com a aprendizagem. Daí a imprescindível a relativização para se compreender que diferença é essa e de que modo ela pode tornar-se potência e com direitos iguais aos discentes considerados “normais” no contexto da instituição de ensino.

Fleuri (2006) apresenta o conceito da diversidade como integração de diferenças numa unidade que não as anula, mas que ativa o potencial da interação entre os sujeitos. Assim sendo, para além da diversidade, está a diferença. No caso particular da escola, as diferenças existentes entre os estudantes e os educadores. Portanto, é preciso encontrar o equilíbrio e o ponto de apoio para vivenciar as práticas educativas com excelência no contexto das diferenças.

Nessa sociedade que prima pelo padrão da “normalidade”, as pessoas em situação de deficiência ficam em desvantagem no processo de construção de suas identidades. Pois, nos meios midiáticos, nas revistas, enfim, em todos os lugares onde se geram informações, existe um ideal, um protótipo de pessoa. Por isso, são colocadas num espaço de diferenciação, de segregação, de depreciação. Portanto, as pessoas com deficiência acabam experimentando.

“[...] a diferença de modo muito sofrido, porque fogem dos parâmetros convencionais, sentem-se como alvos de críticas e de não reconhecimento, numa espécie de estranheza, porque estão fora do socialmente esperado. [...] não é nada fácil desemaranhar os efeitos das práticas discursivas que apresentam suas diferenças como desqualificação, porque elas não se enquadram num processo de identificação com o padrão aceito e valorizado como ideal” (CARVALHO, 2014, p. 21).

É nessa ótica que surge a importância e relevância em defesa dos direitos humanos e na proposição de novas políticas sociais pautadas na solidariedade e na igualdade. A Lei Brasileira de Inclusão foi um marco muito positivo na educação especial, pois destaca que existem pessoas que precisam de direitos de acesso, permanência e aprendizagem num mesmo lugar, onde todas possam interagir. Ou seja, o trabalho pedagógico no contexto na diversidade tem sua concepção pelo reconhecimento das diferenças na paridade de direitos que, na instituição de ensino, traduzem-se como aprendizagem e participação e não somente como presença física na sala de aula. É preciso que as aprendizagens das pessoas que possuem deficiência realmente aconteçam e com boa qualidade.

Entretanto, para que a educação se torne de fato inclusiva, interativa e igual, chamamos a atenção no que diz respeito ao compromisso público dos governos – que

estes possam promover um conjunto de ações coletivas voltadas para, de fato, garantir o direito concernente ao atendimento educacional especializado dos discentes que possuem deficiência.

Aqui no Brasil, a partir de diversas militâncias e dos movimentos sociais em prol do acesso de discentes com deficiências aos espaços das instituições de ensino, adotou-se a expressão educação inclusiva - visando traduzir a orientação política proposta e que propõe inúmeras mudanças nas atitudes das pessoas e nas práticas educacionais das organizações de ensino/aprendizagem, onde é nítido a máxima em que todos são capazes e podem, sim aprender!

Considerando o exposto, os fundamentos da educação inclusiva na linha filosófica aponta que todos somos iguais e possuímos os mesmos direitos, entre tais direitos, aqueles que se relacionam com a convivência humana no contexto da diversidade. Nesse viés, não devem ser levadas em consideração as diferenças, os rótulos, os estigmas e estereótipos, nem discriminação e preconceitos, ao contrário, quanto mais “diferente” for o ser humano, quanto mais deficiências ele possuir, mais tal direito deverá ser assegurado.

Desse modo, o direito de participar em sala de aula é um direito do exercício da cidadania, pois ninguém pode revogar o direito à convivência e à educação. Tal direito garantido possibilitará a aprendizagem nos “limites” das capacidades em face da(s) deficiência(s) do estudante. Nesse sentido, a escola que inclui oferece aos estudantes deficientes um “cardápio” de possibilidades educacionais, onde o ator principal é o próprio aluno, o qual torna-se autor de sua própria história e emancipação.

Para que a proposta de educação inclusiva seja efetivada nas instituições de ensino, é preciso transformar os espaços educativos e, mais precisamente, os métodos de ensino neles adotados; isto significa ser necessário encarar a instituição de ensino como lugar que promove educação sem distinção de raça, cor, orientação sexual, religião e, em especial, questões concernentes às pessoas com deficiência. Esse passa a ser o alvo e o grande desafio da educação, sendo que, a maioria das instituições de ensino ainda homogeneíza todos os estudantes, classificando-os e excluindo-os.

Segundo Mantoan (2015) são muitas as frentes de trabalho, concentrando nessas principais tarefas visando a educação inclusiva:

- Recriar o modelo educativo, escolar, tendo como eixo o ensino para TODOS;
- Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas salas

de aulas por professores, gestores, funcionários e alunos, porque essas são habilidades mínimas para o exercício da cidadania;

- Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não exclui nem só reprova a repetência;

- Formar, aperfeiçoar e valorizar o professor, a fim de que tenha condições e estímulos para enfrentar um ensino sem exclusões e exceções.

Desse modo, não há como encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em um modelo de escola arcaico com uma matriz de concepção escolar excludente. Por isso, é necessário recriar o modelo educacional vigente, valorizando as diferenças e potencialidades que cada estudante possui.

1.2. Enquadramento Legislativo da Inclusão educativa no Brasil

Visando a compreensão das políticas educacionais em seus níveis de abrangência, apresentaremos alguns marcos legais, internacionais e nacionais, haja vista que estes legitimam o direito à inclusão escolar das pessoas com deficiência. Consideramos que tais políticas são eixos norteadores as práticas educativas, indicando possíveis caminhos para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

No contexto das orientações internacionais, destacamos algumas políticas que contribuem com o perfil de uma educação com boa qualidade, proporcionando para o contexto educacional a imprescindível responsabilidade concernente ao atendimento de discentes sem distinção, seja pela cor, pelas características físicas, cognitivas ou sociais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos assevera que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” (ONU, 1948, art. 1º). Essa diretriz destaca-se por apresentar a responsabilidade e o compromisso com direitos essenciais do homem, incluindo a liberdade e igualdade. Tal documento ainda nos permite remeter à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (2008), ao destacar o conceito de educação inclusiva enquanto modelo educacional pautado na concepção dos direitos humanos.

Nessa perspectiva de educação inclusiva, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), oficializa a função social da instituição de ensino enquanto promotora do atendimento às necessidades básicas de todas as pessoas no que diz respeito à educação

de boa qualidade, qualificando a sua aprendizagem e desenvolvimento intelectual e humano. Nesse contexto, o discente deve ser atendido em suas peculiaridades objetivando que ocorra boa qualidade no ensino e na construção da aprendizagem significativa com respeito às diferenças. Nessa perspectiva, destacamos a relevância do atendimento às necessidades das pessoas com deficiência, buscando medidas que visem garantir igualdade de acesso ao sistema educacional, proporcionando condições favoráveis à aprendizagem, tais como: possibilidades de socialização, aprendizagem e desenvolvimento dos discentes, conforme nos aponta essa Declaração - pressupondo a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, cujas expectativas compreendam tanto os elementos primordiais que auxiliarão o processo de ensino quanto à garantia dos conteúdos básicos para a aprendizagem.

Ainda nos referindo à Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), em seu artigo 3º há uma ênfase quanto à responsabilidade de universalizar a educação visando a busca da promoção da equidade. Isso significa destacar uma educação centrada na boa qualidade do ensino e em medidas que favoreçam a efetivação da redução das diversas desigualdades sociais, almejando a justiça social. No entanto, faz-se importante frizar que essa universalização do ensino e da aprendizagem não deve ser planejada de maneira estanque. Mas sim, que todos os estudantes possam ter a oportunidade de participação, usufruindo a igualdade de direitos e participando de todas as atividades propostas pela instituição de ensino.

Nesse viés, podemos analisar que, uma educação inclusiva efetivamente acolhedora e promotora da valorização das pessoas com deficiência, da garantia e da permanência qualitativa na instituição de ensino, ainda é algo que, muitas vezes se depara com a ausência de formação adequada para os docentes, com a falta de recursos adequados para atender as peculiaridades dos discentes e com a falta de estrutura física e pedagógica, entre outras de diversas ordens (GLAT, 2012).

Visando ratificar o texto dos documentos que destacam a igualdade de condições para que ocorra a boa qualificação no ensino, no ano de 1993, surgem as Normas para a Equiparação de Oportunidades. Elas estabelecem as condições educativas referentes à educação com boa qualidade às pessoas com deficiência. Dizem ainda que esse atendimento dar-se-á em todos os níveis de ensino, pressupondo a prestação de serviços de apoio e de acessibilidade às pessoas com diferentes tipos de deficiência.

Stainback e Stainback (1999, p. 65) narram uma conceituação elaborada pela UNESCO, no ano de 1994, a qual diz “[...] a educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiência devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos”. Tal posicionamento nos permite pensar que a instituição de ensino necessita se reinventar e se estruturar para receber os estudantes. Essa (re) estruturação deve ser planejada com centralidade nos aspectos físicos e pedagógicos buscando a eliminação de barreiras em que ocorrem impedimento do avanço de vivência e de convivência dos estudantes com deficiência nos mais diversos espaços escolares.

Corroborando com o modo de pensar de Stainback e Stainback (1999), acrescentamos o posicionamento de Matos (2013) quando nos apresenta a inclusão escolar pautada sob o prisma da aceitabilidade social, que é refletida na escola, no decorrer das ações pedagógicas realizadas, entendendo que a mesma deve conceber os estudantes com ou sem deficiência sob um olhar de igualdade de direitos à educação com excelência e acesso às mesmas oportunidades, considerando as possibilidades de potencialização e autoestima dos discentes.

O desenvolvimento dessas potencialidades sob a perspectiva da educação inclusiva deve contemplar o respeito à diversidade social impressa na natureza do desenvolvimento humano, a partir das experiências do outro e com o outro, considerando que a cultura é fator determinante para a humanização, ou seja, o estudante se constitui à medida que desenvolve sua potencialidade quando vivencia na instituição de ensino momentos de aprendizagem, sendo esta última fator determinante para seu desenvolvimento social (VYGOTSKY, 2003).

À luz do pensamento do autor, identificamos possibilidades de inclusão escolar quando o estudante com deficiência, que encontraria barreiras, tais como dificuldades para ser aceito em função de sua mensagem não ser compreendida - passa a interagir com o meio e com o outro que compõe esse meio, encontrando alternativas para o acesso às situações postas frente à realidade vivenciada. Essas alternativas se referem às oportunidades pedagógicas sugeridas pelo espaço escolar, por intermédio da mediação docente, que colaborem para que o estudante seja autoconfiante, participativo, interativo, rompendo o rótulo da incapacidade, em função de uma deficiência que possa fragilizá-lo.

Para Vygotsky (1998), a fragilidade imposta pela deficiência não anula o discente, mas o impulsiona para a superação das dificuldades quando a ele é oportunizado

participar efetivamente na instituição de ensino. Portanto, acreditamos que as oportunidades as quais o teórico se refere dizem respeito à aprendizagem propiciada por meio das trocas sociais estabelecidas no contexto escolar, dando origem ao desenvolvimento do discente, pois a instituição de ensino deve ser um espaço de combate à discriminação para que esse estudante se ressignifique num movimento de potencialização de suas habilidades.

Outro documento internacional que preconiza o combate à discriminação, refere-se a Convenção de Guatemala, de 28 de maio de 1999. O texto cita a importância da eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência e o favorecimento pleno de sua integração na sociedade. Define a discriminação como toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência. Essa Convenção foi ratificada pelo Brasil, por meio do Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001.

Ainda no ano de 1999, a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência, ratifica os princípios de igualdade de fraternidade, também, proclamado na Declaração Mundial dos Direitos Humanos (1948), uma vez que esta confirma a preocupação quanto à eliminar qualquer situação que caracterize discriminação a qual estão expostas as pessoas com deficiência.

O decreto 3.956 do ano de 2001, em seu artigo 2º advém da Declaração acima citada, tendo por objetivo fazer a prevenção e colaborar para a eliminação de todas as formas de discriminação direcionadas às pessoas com deficiência, cabendo ao Estado, entre outras medidas, eliminar “os obstáculos arquitetônicos, de transporte e comunicação” (BRASIL, 2001).

Vemos, pois, que um dos principais elementos que se apresenta como possibilidade de prevenção e eliminação de formas variadas de discriminação as pessoas com deficiência é a acessibilidade à comunicação. Portanto, emerge a necessidade do uso de sistemas alternativos de comunicação para os alunos com deficiência que estejam privados parcial ou definitivamente da fala funcional.

Para tanto, a escola precisa propiciar aos alunos sem oralização funcional, recursos e metodologias que oportunizem a eles participação efetiva nas ações pedagógicas propostas valorizando todas as formas de expressão que manifestem intencionalidade para a comunicação estabelecendo a inclusão escolar que refletirá na autoconfiança e na potencialização desse estudante na busca por uma educação com boa qualidade. Matos (2013, p. 66) apresenta uma concepção de educação, a saber:

“[...] Entendemos que a educação é importante como fator de transformação para todos os indivíduos, uma educação de qualidade que atenda suas necessidades educacionais especiais, torna-se ainda mais crucial para as pessoas com deficiência.”

Indubitavelmente, reconhecemos que a educação possibilita transformação, uma vez que oportuniza às pessoas possibilidades para aprender e se desenvolver por intermédio da interação entre os indivíduos, constituindo a formação humana; e quando pensamos nas pessoas com deficiência, vislumbramos uma instituição de ensino que atenda as especificidades dos discente que estejam privados parcial ou definitivamente de algum fator determinante para seu desenvolvimento e que estejam na busca por uma educação inclusiva.

Stainback e Stainback (1999, p. 21), oportunamente nos dizem que

“[...] a educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas.”

Destacamos, que a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência - ONU (2009), em seu Artigo 1º, confirmada pelo Decreto nº 6.949 de 2009, tem como finalidade assegurar a equidade dos direitos humanos às pessoas com deficiência, garantindo o respeito por sua dignidade, tendo em vista um atendimento que supra os anseios concernentes a cada situação específica.

Refletindo acerca da educação inclusiva, compartilhamos da concepção de Carvalho (2014) ao nos dizer que se trata de uma educação que remove barreiras na busca da efetivação de ações pedagógicas com fins de viabilizar o acesso e a permanência do estudante proporcionando apoio e acessibilidade para potencializá-lo.

O texto da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência define pessoas com deficiência, sendo:

“[...] aquelas que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2010, p. 34).

De acordo com o texto da Convenção, cabe aos Estados,

“Realizar e promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados à pessoa com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível “(BRASIL, 2010, p. 35).

Podemos dizer então que, à escola cabe eliminar barreiras para impedir a inclusão das pessoas com deficiência, sendo que esse processo perpassa por um movimento de ruptura de paradigmas que rotulam os alunos como incapazes. Desse modo, não é a pessoa com deficiência que precisa adaptar-se à escola, mas a escola é que deve estar preparada para receber os estudantes e atendê-los em suas especificidades.

Concernentes às políticas nacionais, temos a proposta da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Nesse cenário, o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 preconiza que a educação é dever do Estado e da família, objetivando o desenvolvimento pleno do ser humano, assim como sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Conforme apresentado no art. 206 da referida Constituição - deverá existir igualdade no processo de acesso e permanência na instituição de ensino. Isso incide em ofertar propostas visando proporcionar acessibilidade e equiparação de possibilidades de inclusão escolar. Nessa linha de pensamento, que se refere à educação especial trazida pela Constituição de 1988, Mazotta (2011) discute duas visões divergentes. Num primeiro momento, o autor denomina a abordagem como visão não linear ou visão dinâmica e a segunda como uma visão dicotômica ou estática. Partindo dessa discussão proposta pelo autor, compreendemos que numa concepção dinâmica temos a visão ampliada de educação como direito para todos, cujo público contempla as pessoas com deficiência, as quais além de ter acesso aos benefícios de um ensino regular comum, também desfrutam de benefícios específicos da educação especial. A concepção dicotômica reduz as possibilidades de o estudante ampliar seus benefícios, ficando restrita apenas a educação especial sendo alijado do contexto amplo no que tange a educação de um modo geral.

Face ao atendimento educacional aos discentes com deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (1996) apresenta a caracterização da educação especial, assim como seu público e pressupostos, dizendo em seu capítulo V, art. 58:

“Entende-se por Educação Especial, para efeitos dessa Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede, para educandos com

deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação” (BRASIL, 1996).

Identificamos, portanto, a necessidade de um ensino voltado para um público que anseia por boa qualidade no serviço educacional prestado com igualdade de direitos à Educação, visando erradicar a discriminação dentro e fora do âmbito da instituição de ensino, formando, segundo o Decreto nº 7611/2011 que se refere ao público alvo da educação especial, qual seja: as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011). Sendo asseguradas, a partir do art. 1º do referido Decreto, enquanto dever do Estado, diretrizes efetivando às pessoas público alvo da educação especial:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino;
- e
- VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

No ano de 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p. 19).

Os pressupostos dessa política foram pensados a partir de visões homogêneas quanto aos aspectos de participação e aprendizagem, desconsiderando a reformulação das práticas educacionais, uma vez que os diferentes potenciais de aprendizagem manifestados pelos estudantes com deficiência devem ser considerados, mas o que se

percebe no texto da referida política ainda é o reflexo de uma visão estática da educação especial.

Frente ao exposto, percebemos claramente uma contradição no texto que compõe o documento acima citado, pois como nos aponta Mazotta (2011), ao mesmo tempo em que o referido documento cita o perfil dos discentes da educação especial, caracterizando-o pela necessidade de recursos e metodologias pedagógicas específicas, diz também que seu público alvo é o estudante com necessidades especiais, de forma ampliada, mas não direciona essas necessidades, especificamente, à esfera educacional. Desse modo, vemos que não se estabelece uma reformulação no que tange às práticas educacionais, pois os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem engessam esse público a uma cultura estanque que inviabiliza das possíveis condições de avanço quanto à aprendizagem e desenvolvimento desses estudantes, privando-os das oportunidades de ascensão no universo escolar.

Reafirmamos que se faz necessária a disponibilização de uma estrutura pedagógica e tecnológica na busca da valorização, do resgate a autoestima e a autoconfiança desses estudantes durante o atendimento educacional especializado. Nesse sentido, destacamos a utilização dos recursos de comunicação contemplados pela educação à distância como um caminho de atendimento educacional especializado que concebe a inclusão escolar, enquanto direito de todas as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação (BRASIL, 2008).

A Lei nº 12.796 datada de 04 de abril do ano de 2013, alterou o artigo 04, inciso III da LDB nº 9394/96 no que diz respeito ao Atendimento Educacional especializado-AEE. Essa lei destaca o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. Assim, destacamos a relevância de recursos alternativos que atendam as especificidades dos alunos.

Concordamos com Queiróz e Menezes (2014) quando dizem que a inclusão deve ser um veículo que propiciará uma cultura inclusiva, com políticas comprometidamente inclusivas e ações pedagógicas mediadoras na escola nos diferentes contextos concernentes à diversidade posta no ambiente escolar.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), emerge com a finalidade de assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidade e/ou superdotação. Consta no texto dessa política que a mesma deve

“orientar os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade dos níveis mais elevados do ensino, sem discriminação visando a valorização das potencialidades presentes em cada pessoa, apesar de algum tipo de limitação parcial ou total, garantindo a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; o atendimento educacional especializado; a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e a articulação intersectorial na implementação das políticas públicas” (BRASIL, 2008).

A PNEEPEI (2008) diz que:

“a partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando em uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas” (BRASIL, 2008).

Para Santos (2011), a partir da PNEEPEI (2008), o sentido de Necessidades Educacionais Especiais altera um redimensionamento, ao substituir a visão integradora do discente pela visão de educação inclusiva. Nesse viés, o estudante passa a participar de maneira efetiva das ações pedagógicas propostas pela escola, recebendo o atendimento educacional especializado no espaço físico da sala de recursos multifuncionais; com isso, caracteriza uma complementação ao seu processo de aprendizagem, igualmente como ocorre na sala de aula comum. Dessa feita, o discente passa a ter capacidade de expressar suas habilidades cognitivas, motoras, afetivas e sociais no ensino regular comum, além de obter a possibilidade de aprimoramento, podendo potencializar essas habilidades nos momentos em que ocorrem as atividades mediadas pelo docente na sala de recursos multifuncionais, por meio do AEE, caracterizando a busca por uma postura escolar com medidas inclusivas.

Como podemos observar, a política de educação inclusiva representa um avanço quando comparado aos modelos anteriores, haja vista que se configura a partir de concepções referentes aos direitos humanos. Tais concepções apresentam e

redimensionam o conceito e sentido de necessidades educacionais especiais, ao substituir o modelo integrativo que, embora desse a garantia quanto à matrícula dos discentes com deficiência na escola, por outro lado, não assegurava a boa qualidade com fins de propiciar o ensino e aprendizagem dos discentes (MEC, 2005). Desse modo, é necessário que haja estrutura/suporte pedagógico e tecnológico viabilizando ao professor as condições qualitativas no intuito de mediar o processo de ensino/aprendizagem de seus alunos, garantindo ao docente recursos alternativos que possam auxiliar seu fazer pedagógico.

Ainda sobre as políticas nacionais, adicionalmente, temos a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a qual destaca em seu art. 1º que “é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania”. O art. 2º da referida Lei considera pessoa com deficiência

“aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Por “barreiras”, segundo o artigo 3º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, compreendamos como

“qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (BRASIL, 2015).

Para tanto, citamos que, ainda no artigo 3º da supracitada Lei, entre outras considerações, se destaca para fins de sua aplicação no que se refere à tecnologia assistiva e acessibilidade a comunicação:

- I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;
- III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação

da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; (BRASIL, 2015).

No capítulo IV da referida Lei, em seu art. 27º,

“a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, 2015).

Quanto à acessibilidade, o título III cita no art. 55º que:

a concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade.

No capítulo III, art. 74, “é garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida”.

Frente ao exposto na LBI, existe grande interesse em assegurar o acesso à educação com qualidade aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação. Entendamos por boa qualidade na

educação, o exercício dos direitos desses alunos desde a estrutura física ofertada pela escola até a estrutura pedagógica que incidirá diretamente no processo de aprendizagem dos alunos.

Assim, faz-se mister que se disponibilize condições pedagógicas e tecnológicas na instituição, visando a potencialização das habilidades dos discentes para que haja aprendizagem. Aqui nessa pesquisa, tratada especificamente, surge a educação à distância e os recursos tecnológicos que ela oferece visando a ampliação das possibilidades de comunicação e educação por intermédio do uso de recursos alternativos para a formação do estudante em nível superior.

Frente ao exposto, destacamos o conceito de tecnologia assistiva, segundo o Comitê de Ajudas Técnicas-CAT (2007):

Tecnologia assistiva é uma área do conhecimento de caráter interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

A tecnologia assistiva, enquanto área do conhecimento propõe alavancar as condições de participação efetiva dos alunos durante as atividades realizadas na instituição de ensino, tendo por objetivo principal ofertar a boa qualidade de vida e de inclusão social por meio da ampliação das possibilidades de comunicação, mobilidade e habilidades de seu aprendizado (BERSCH, 2013).

A Lei nº 13.146/2015- relativa à Pessoa com Deficiência, instituindo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, publicada em 06 julho de 2015, observa a terminologia acessibilidade e a definida em seu art. 3º §1 como a: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informações e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural - por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

No Título III do Cap. I, art. 53 identificamos que - acessibilidade é direito de garantir a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.

No cap. IV, art.28 § II, ressalta sobre o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.

Por fim, temos o Programa INCLUIR que trata-se de uma política visando oportunizar o acesso e permanência de pessoa com necessidades especiais na Educação Superior. Tem por objetivo o incentivo à implantação e o fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior, previstos pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL,2008). Os núcleos compreendem ações de inclusão da pessoa com deficiência por meio de ações, como as de eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, entre outras (BRASIL, 2013b). Esse programa demonstrou o crescimento do número de matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior. Todavia, também evidenciou que o maior número desses alunos está matriculado em instituições privadas de ensino superior (BRASIL, 2013b).

Considerando o exposto, compartilhamos do pensamento da autora Pelosi (2000), quando considera que uma escola inclusiva, fruto da inclusão social, deve se estruturar e se modificar para receber o aluno e oferecer condições qualitativas para sua permanência na escola. Entretanto, a autora Glat (2012) nos leva a reflexão de que é preciso ter cuidado com a instituição de uma postura de inclusão escolar, pois é necessário que a instituição de ensino se adapte à realidade dos alunos para, então pensar em atendê-los em suas particularidades, porém bastante cautelosa quanto a radicalidade dos processos inclusivos para evitar que haja exclusão quando na verdade a tentativa é de incluir.

Portanto, as práticas inclusivas devem ser pensadas com responsabilidade para que não incorra em uma proposta contraditória a que se propõe realizar, uma vez que as tomadas de decisão devem ser consolidadas a partir da concepção de que a escola inclusiva é aquela que, segundo Queiróz e Menezes (2014), é essencialmente para o desenvolvimento de uma cultura inclusiva, de políticas de inclusão e metodologias inclusivas.

Diante disso, é inadmissível cruzar os braços ou fechar os olhos para a realidade vivida pelas pessoas com deficiência. O problema só passa a existir e toma dimensão a partir do momento que o poder público e nós mesmos deixamos de cumprir com o nosso papel de cidadão. É inédito dizer que, se não somos capazes de garantir o direito do outro, não temos direitos de sermos reconhecido como cidadão, o bom cidadão é aquele que zela

pela dignidade do outro, não precisa ir muito longe, mas precisa exercer sua plena cidadania com altruísmo e alteridade.

1.3. Fatores facilitadores da Inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais

Neste tópico são apresentados alguns fatores que propiciam facilitar a inclusão das pessoas com deficiência. Portanto, a atitude, as práticas pedagógicas dos docentes, a organização da escola inclusiva, a articulação com a comunidade e a formação dos professores – são os pré-requisitos aqui analisados, visando assegurar uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipatória.

1.3.1 Atitude

Adotar uma atitude que reúna um coletivo de participação para elaboração de objetivos, missão, valores, metas e propostas – visando a garantia da educação inclusiva – é a primeira postura a ser adotada pelos pensadores desse objetivo – para conseguir o alcance de resultados exitosos.

Nessa ótica, a atitude do movimento para a inclusão de pessoas com deficiência deverá ser planejado e implementado na tentativa da garantia à transversalidade das ações da educação especial, fomentando recursos didático-metodológicos que visem eliminar os desafios e barreiras no processo ensino/aprendizagem. Para que a proposta da inclusão de fato ocorra com sucesso será necessário pensar alguns apontamentos, dos quais apresentamos quatro que consideramos primordiais:

- a organização da escola: acessibilidade arquitetônica dos espaços escolares e a a implantação das salas de recursos;
- a formação e preparação docente para atuar com a diversidade;
- o atendimento especial especializado;
- a articulação com a comunidade.

É no contexto dos eixos acima enunciados que a atitude articulada à efetivação – possibilitará o alcance do que sublinhou Prieto (2008, p. 89), ao descrever que:

As atividades pedagógicas comuns a todos os alunos regularmente matriculados nas classes regulares devem ser acessíveis aos alunos-alvo da educação especial. A formação dos profissionais da escola deve estar voltada para a compreensão das bases filosóficas, políticas e pedagógicas para uma educação inclusiva e o profissional da educação especial deve atuar para colaborar com o processo inclusivo em parceria com os professores da classe comum.

Esses quatro pilares apontados, em nosso entender, permitirão o desenvolvimento e a tomada de atitude que caminha para uma escola verdadeiramente inclusiva e que, além de incluir, trabalha ancorada na democracia, alteridade e altruísmo.

1.3.2 As práticas pedagógicas dos professores

O fazer pedagógico dos professores que atuam na educação especial pode fazer toda a diferença e potencializar a proposta da educação inclusiva. Dessa feita, o planejamento é fator essencial para a regência de boas práticas e efetivação didática que facilite a inclusão e o desenvolvimento das competências de aprendizagens dos estudantes com necessidades especiais educativas.

Com o intuito de fortalecer a educação inclusiva, os professores, em sala de aula, deverão organizar suas práticas de modo que:

“oriente as atividades dos alunos durante o processo de aprendizagem para aquisição dos saberes e competências. O projeto pedagógico da escola direciona as ações do professor, que deve assumir o compromisso com a diversidade e com a equalização de oportunidades, privilegiando a colaboração e a cooperação” (FLEURI, 2006, p. 32).

Faz-se importante a observância que, na sala de aula que inclui, todos os conteúdos trabalhados são considerados objetos que culminam para a aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais educativas. Nesse sentido, cabe aos alunos “atribuir significados e construir conhecimentos e o professor assume a função de mediar esse processo” (BUENO, 2012, p. 45).

Uma outra observação que precisa ser levada em consideração no contexto das práticas docentes na sala de aula inclusiva, refere-se à imprescindível relevância do professor fazer adequação do seu planejamento de acordo com as peculiaridades e as

deficiências de cada aluno. Portanto, quando os educadores possuírem estratégias pedagógicas e instrumentos que visem a identificação das potencialidades de seus alunos, os mestres

sentem-se capazes de ajustar suas práxis para aqueles com Necessidades Educacionais Especiais. Porém, o professor precisa estar ciente de sua capacidade para tornar possível o processo inclusivo. Para isso, deverá buscar novos conhecimentos e melhorar sua formação, aprendendo novas formas de pensar e agir para atender as demandas exigidas em sua atuação profissional.

É nesse caminho que o professor da sala de aula inclusiva conseguirá desenvolver suas práticas com êxito, alcançando os objetivos propostos pelas políticas educacionais da inclusão e tendo ciência que:

O papel do educador é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-las. É com essa dinâmica que o professor seleciona procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos.

Partindo dos pontos apresentados, consideramos que as práticas docentes deverão estar alinhadas com propostas de planejamentos de aulas que levem em consideração o tempo, bem como estratégias pedagógicas que viabilizem o conhecimento dos estudantes com necessidades especiais educacionais, sendo que, é nesse caminho que ocorrerá a possibilidade da identificação daqueles discentes que poderão requerer apoios específicos, de acordo com suas deficiências.

1.3.3 A organização da Instituição Educativa

É inegável e imprescindível que quaisquer ações e propostas de ensino deverão, em primeira instância, passar pelo crivo da proposta pedagógica da escola inclusiva. Nesse sentido, é de competência desta instituição organizar a formatação dos processos educativos, estabelecendo um diálogo constante e coletivo com a equipe pedagógica e com seus professores. Nessa ótica, os procedimentos de ensino/aprendizagem devem privilegiar uma organização

com base nas necessidades dos alunos, levando-se em conta os diferentes estilos, ritmos e interesses de aprendizagem de cada um. Ou seja, todos os estudantes são diferentes e suas necessidades educacionais poderão requerer apoio e recursos diferenciados. A avaliação da aprendizagem, por sua vez, deverá ser coerente com os objetivos, as atividades e os recursos selecionados. Se o processo de aprendizagem for redimensionado, o procedimento de avaliação também deverá ser.

Nesse contexto, identificamos alguns pré-requisitos que interligam-se diretamente com os processos organizacionais da instituição de ensino para efetivação da proposta da educação inclusiva:

a) elaborar o projeto político-pedagógico da instituição inclusiva levando em consideração as necessidades, bem como os aspectos que visem o fortalecimento da proposta da inclusão. O PPP deverá contemplar todas as estratégias e propostas de cunho pedagógico e social que a escola pretende implementar, propiciando que o documento, na prática, torne-se um instrumento iluminador de todas as atividades a serem desenvolvidas pela instituição inclusiva. Para isso faz-se necessário conhecer a legislação que dialoga com esse tema, pesquisas que versam sobre a inclusão e, principalmente pensar em estratégias pedagógicas de ensino/aprendizagem no contexto das múltiplas deficiências;

b) empreender junto às instâncias necessárias um projeto de engenharia que estude e desenvolva ações – visando criar espaços que consolidem a proposta da acessibilidade em todo espaço educativo, bem como de outros recursos e materiais educacionais que contribuam com as propostas de ensino/aprendizagem em sala de aula;

c) organizar processos de formação continuada para toda equipe pedagógica, bem como para os demais profissionais que atuam na escola, sendo que estes últimos (merendeiras, vigias, recepcionistas, secretário(a), tesoureiro(a), auxiliar de limpeza, etc.) – também fazem parte do coletivo que lida diariamente com os estudantes que possuem necessidades especiais educacionais;

d) desenvolver projetos de extensão social junto à comunidade na qual localiza-se a instituição de ensino – visando a conscientização sobre as políticas de inclusão, a minimização de preconceitos e discriminações, o respeito pelo outro, a alteridade, a prática do bem, e a valorização pelo próximo.

É nesse caminho que acreditamos que a instituição educativa prosperará com a efetivação de suas práticas. E isso requer, primeiramente, como já apresentado, processos

de organização para posterior implementação das propostas com vistas à consolidação de um espaço educacional que verdadeiramente INCLUI a TODOS.

1.3.4 A articulação com a comunidade

Sage (1999) infere que as políticas de uma escola verdadeiramente inclusiva devem expressar a necessidade da construção de uma comunidade inclusiva, tendo a finalidade do desenvolvimento de programas de extensão que vise apresentar/comunicar a prática desenvolvida pela instituição de ensino.

Observando o posicionamento deste autor, podemos analisar também inferindo que abrir espaços para o diálogo efetivo e contínuo com a comunidade escolar e com as pessoas que residem em torno do local onde situa-se a instituição de ensino - é fator importantíssimo para articular mecanismos que favoreçam a compreensão das políticas de inclusão, culminando no respeito à diversidade e à diferença.

Desse modo a instituição de ensino alcançará de fato um papel social relevante e imprescindível na militância pela conquista do respeito ao outro e pela individualidade de cada um, além de estimular o envolvimento da comunidade supramencionada na conscientização e na execução de ações que caminhem para este fim. Nesse sentido, alguns empreendimentos poderiam ser acionados em projetos de extensão visando o alcance desses objetivos:

- trabalhar propostas que discutam o tema da diversidade em seus múltiplos aspectos, identificando as deficiências diversas nesse contexto;
- oferecer oficinas que dialoguem sobre as políticas de inclusão;
- desenvolver propostas que visem o conhecimento das histórias de vida dos alunos com necessidades especiais educacionais da instituição de ensino;
- desenvolver ações que estabeleçam diálogo contínuo entre escola e comunidade para o alcance de objetivos e metas que minimizem preconceitos, discriminações e que valorizem o respeito pelo próximo e práticas de alteridade.

A implementação dessas ações contribuirá para que uma instituição de ensino de fato INCLUA, tomando consciência de que a inclusão é para TODOS e que, diante disso, ocorre a necessidade da articulação entre escola e comunidade, transcendendo a proposta educacional da inclusão no que tange aos aspectos da restrição aos alunos deficientes da

instituição. Desse modo, acreditamos que a instituição de ensino caminhará para a efetivação de um projeto que envolve coletividade onde todos participam e sentem-se responsáveis e compromissados pela educação igualitária e por um mundo mais justo e equilibrado socialmente e moralmente.

1.3.5 A formação dos professores

Mantoan (2005, p. 138) afirma que “uma proposta de inclusão em educação requer uma refinada capacidade dos educadores de pensar, agir e sentir os “problemas” que surgem na prática pedagógica”. Nesse viés, inferimos sobre a importância do educador promover propostas pedagógicas que resultem na formação de alunos autônomos, críticos, participativos e criativos e que sejam defensores de uma educação mais humanitária, enriquecedora, motivadora e inclusiva.

Diante disso, ocorre a necessidade de pensar em processos de formação continuada de professores visando a especialização para o trabalho com alunos que possuem necessidades especiais educacionais. Somente assim, acreditamos que a proposta da EDUCAÇÃO INCLUSIVA de fato será consolidada, considerando a figura do professor como protagonista das articulações das propostas produzidas pela instituição de ensino. Por outro lado,

O desenvolvimento pessoal e profissional depende muito do contexto em que exercemos nossa atividade. Todo professor deve ver a escola não somente como o lugar onde ele ensina, mas onde aprende. A atualização e a produção de novas práticas de ensino só surgem de uma reflexão compartilhada entre os colegas. Essa reflexão compartilhada tem lugar na escola e nasce do esforço de encontrar respostas para problemas educativos (NÓVOA, 2015, p. 38).

Assim sendo, o processo de formação contínua e especialização dos professores para o trabalho junto aos estudantes que possuem necessidades especiais educacionais – não poderá jamais ser visto como uma simples atividade situada em tempos e espaços limitados e precisos, mas principalmente, “como ação vital de construção de si própria” (NÓVOA, 2015, p. 39), levando em consideração que o envolvimento da proposta da inclusão nos processos de formação de educadores significa a realização da prática do diálogo com as relações da diversidade.

Nessa caminhada de formação e especialização contínua, o corpo docente desenvolverá a prática do *habitus* discutida por Bourdieu (2001), ancorada na proposta da educação inclusiva. Nessa direção, as disposições incorporadas pelos professores ao longo dos processos de formação e socialização das aprendizagens, integrarão experiências e atuarão com uma matriz de percepções, de apreciações e de ações que expressem as políticas de inclusão, abrangendo a capacidade dos sentimentos, dos pensamentos e das ações dos indivíduos de incorporar determinada política social.

É nesta trajetória que pode-se gerar o fio condutor e mais seguro concernente aos aspectos da formação de professores(as), afim de que estes consigam lidar “[...] com a concepção mais avançada de preparação das novas gerações para construir uma nova vida, uma nova humanidade” (FREITAS, 2002, p. 162).

1.4. O ensino à distância

A educação a distância (EaD) é uma modalidade da educação brasileira e encontra amparo no art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. A EaD, historicamente, vem se destacando com índices de crescimento constantes no país, passando a ser vista como uma promessa que poderá ser a maior abrangência do ensino no Brasil, além de solução viável aos problemas que a educação formal vem enfrentando.

No compreender de Moore e Kearsley (2007), a EaD possui seus méritos pautados na abrangência, na inclusão, na utilização de recursos tecnológicos e na possibilidade de propiciar uma segunda chance a muitos estudantes. Por outro lado, existem pessoas que criticam essa modalidade de ensino devido a ausência do controle da qualidade, fiscalização, ou até mesmo por não conhecer com propriedade o funcionamento da EaD. Os autores supramencionados observam que a EaD permite o

“[...] acesso crescente a oportunidades de aprendizado e treinamento; proporciona oportunidades para atualizar aptidões; melhora a redução de custos dos recursos educacionais; apoia a qualidade das estruturas educacionais existentes; melhora a capacitação do sistema educacional; nivela desigualdades entre grupos etários; direciona campanhas educacionais para públicos-alvo específicos; proporciona treinamento de emergência para grupos-alvo importantes; aumenta as aptidões para a educação em novas áreas de conhecimento; oferece uma combinação de educação com trabalho e vida familiar; e agrega uma dimensão internacional à experiência educacional” (MOORE e KEARSLEY, 2007, p. 45).

Faz-se importante observar que a dinâmica social encontra-se envolvida numa inserção digital cada vez mais ampla na vida moderna, fazendo-se presente nos mais diversificados ambientes da sociedade. Nesse contexto, embora esteja atrelada a inúmeras dificuldades, a EaD impulsionada pela constante evolução das tecnologias de informação e comunicação (TICs), vem crescendo impetuosamente, rompendo o tempo e espaço e promovendo a mediação das propostas de ensino e aprendizagem em todos os níveis educacionais. No entanto, apesar do crescimento veloz, ainda existem na sociedade muitas dúvidas sobre a prática da EAD, tornando-se comum a comparação com a educação presencial e a crença de que a única diferença entre ambas reside na distância física entre as pessoas - situação essa não analisada de forma eficiente, em especial, no ambiente educacional ainda predominante atualmente.

Nesse viés, ocorre a importância da definição dos seguintes termos: ensino, aprendizagem e educação a distância. Isso porque, em algumas literaturas, tais termos causam confusão no seu sentido. Considerando essa problemática, iremos apresentar alguns conceitos basilares, com o intuito de estabelecer os limites entre eles, haja vista que a compreensão de tais conceitos é o meio pelo qual se busca adquirir alicerce ao termo utilizado neste estudo - que é o de Educação a Distância (EAD).

Para Comel (2001), ensino significa instrução, socialização de uma informação específica, aprendizagem técnica. É uma oportunidade de realizar estudos informativos, de atualização em diversas áreas de conhecimento e mercado de trabalho. Já Capra (1999, p. 69), define o sentido de informação sendo um dado abstrato baseado em generalidades, livre de contexto e de valor. Condicionando os conceitos dos autores, o sentido de EaD expressa que,

“[...] ensinar a distância, é perfeitamente possível e, hoje em dia, ocorre o tempo todo como, por exemplo, quando aprendemos através de um livro que foi escrito para nos ensinar alguma coisa, ou assistimos a um filme, um programa de televisão, ou um vídeo que foram feitos para nos ensinar alguma coisa, etc”. (CHAVES, 2015, p. 67).

Em referência ao conceito de aprendizagem, essa palavra no latim possui o significado de *apprehendere* (apoderar-se). Assim sendo, Romanzini (2001, p. 2) argumenta que a aprendizagem é concebida como “[...] um processo de integração e adaptação do ser ao ambiente em que vive, implicando, pois, mudanças de

comportamento”. Adicionalmente, Piaget (1993 apud VOLPATO et. al., 1998) ressalva que, para que uma pessoa de fato aprenda, faz-se necessário que ela seja o principal agente de sua aprendizagem.

No contexto das teorias da aprendizagem, destacamos que, no decorrer da história da educação, diversos estudiosos fizeram análise da aprendizagem sob várias perspectivas. Desse modo foi que surgiram algumas teorias, tais como a Behaviorista de Skinner; da Aprendizagem Significativa de Ausubel; do Construtivismo de Jean Piaget, dentre outras. Portanto, consideramos ser fundamental conhecê-las para o alcance dos objetivos de aprendizagem em qualquer modalidade de ensino.

Concernente à EaD, a Unesco (1997, p. 25) a analisa sendo “[...] um processo educacional em que uma proporção significativa do ensino é conduzida por alguém distante em tempo e/ou espaço do aprendizado”. Para Demo (1998, p. 60), existe uma diferença entre Ensino e Educação a Distância. O autor considera que:

Ensino a distância é uma proposta para socializar informação, transmitindo-a de maneira mais hábil possível. Educação à distância, por sua vez, exige aprender a aprender, elaboração e consequente avaliação. Pode até conferir diploma ou certificado, prevendo momentos presenciais de avaliação.

Em análise a conceituação de Demo (1998), verificamos que a definição de Educação a Distância é muito mais ampla e abrangente do que Ensino a Distância, uma vez que traz implicações não somente para a transmissão de informação, mas principalmente nos processos permanentes de construção e avaliação do conhecimento adquirido.

Moran (2002, p. 01) observa que a EaD é “[...] uma modalidade de ensino em que, normalmente, professores e estudantes não estão juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet”. Para o autor, a educação a distância pode ser caracterizada pelo distanciamento físico entre professor e estudante, onde o processo de ensino e aprendizagem acontece através da utilização de ferramentas tecnológicas.

Moore e Kearley (2007, p. 1), confirmam a caracterização da educação a distância pela separação física entre docente e discente, no entanto, mesmo “[...] estando em locais distintos, eles dependem de algum tipo de tecnologia para transmitir informações e

proporciona-lhes um meio de interagir”. Holmberg (1977 apud BELLONI, 2001, p. 25) explica que

O termo Educação a Distância cobre as distintas formas de estudo em todos os níveis que não estão sobre a contínua e imediata supervisão dos tutores presentes com seus alunos em salas de aula ou nos mesmos lugares, mas que não obstante se beneficiam do planejamento, da orientação e do ensino oferecido por uma organização tutorial.

Nota-se que Holmberg (1977) apresenta novos fundamentos ao conceito de educação a distância, tais como: planejamento, orientação, ensino e organização tutorial. Nesse sentido, identificamos que a EAD é um processo que exige planejamento e acompanhamento adequados.

Mediante os conceitos observados, averiguamos que, quando o assunto é educação a distância, ocorre com frequência uma tendência em procurar fundamentá-la a partir de características existentes na modalidade presencial. Desse modo, sua compreensão conceitual, maioria das vezes, encontra-se envolvida por uma característica comparativa com a modalidade já conhecida e utilizada pela maioria das pessoas. A integração entre as metodologias presencial e a distância possibilita um novo olhar sobre a necessidade de inovar na transmissão e construção de conhecimento com o apoio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Para esse fim, Moran (2011, p. 89) destaca que,

Com tantos recursos digitais podemos combinar atividades integradas dentro e fora da sala de aula. A informação, a pesquisa, o desenvolvimento de atividades deveriam ser feitas virtualmente. E deixar para a sala de aula a discussão, a apresentação dos resultados, o aprofundamento das questões.

Mesmo sendo educação a distância considerada ainda uma novidade por muitos, é inegável que ela proporciona conhecimento e formação com a utilização de diversos recursos tecnológicos, como os materiais impressos até a realidade virtual. Nesse caminho, a inserção nas tecnologias no estado do Amazonas, tem contribuído de maneira significativa para o ensino/aprendizagem e desenvolvimento social de muitos amazonenses. Nesse contexto, Belloni (2001) ressalva que o papel social da educação para a vida é fator imprescindível no enfrentamento do problema da exclusão social, com fins de evitar a ausência de qualificação da força de trabalho e marginalização social de

grandes parcelas da população, propiciando uma formação profissional atualizada, diversificada e acessível a todos.

A educação a distância, em seu movimento histórico, sempre cultivou estreita relação com as tecnologias disponíveis. Assim, desde o impresso, passando pelo rádio, pela televisão, pelos CD-Rom, DVD, comunicação por satélite e o uso da internet, muitas foram as concepções e epistemologias que a embasaram. Portanto, é preciso compreender que a EAD, apesar das melhorias ainda necessárias, evoluiu e que muito de sua epistemologia, conhecimentos adquiridos ao longo de sua história e formas de atuação podem ser estendidos e aproveitados por toda a educação, seja ela presencial ou mediada pelas TICs.

Moore e Kearsley (2007) apontam a relevância e importância do planejamento e das novas possibilidades oriundas das TICs e dos novos princípios presentes nos atuais sistemas de gestão da educação a distância. Para eles,

Educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicando por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais (KEARSLEY, 2007, p. 2).

Adicionalmente, esses autores inferem que a EAD se constitui pelo que consideram ser suas principais características: a existência de uma estreita relação entre aprendizado e ensino; a necessidade de que o aprendizado seja planejado e não acidental; o fato do aprendizado, normalmente, ocorrer em um lugar diferente do local de ensino; e, por fim, o fato de a comunicação poder ocorrer por meio de diversas tecnologias.

Assim colocadas, tais considerações fortalecem a concepção apresentada por Lévy (1999) que propõe que ocorram duas reformas necessárias nos sistemas de ensino e formação. A primeira reforma seria a aclimatização dos dispositivos e o espírito da EAD ao cotidiano.

A EAD explora certas técnicas de ensino a distância, incluindo hipermídias, as redes de comunicação interativas, e todas as tecnologias intelectuais da cibercultura. Mas o essencial se encontra em um novo estilo de pedagogia, que favorece ao mesmo tempo as aprendizagens personalizadas e a aprendizagem coletiva em rede. Nesse contexto, o professor é incentivado a tornar-se um animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos em vez de um fornecedor direto de conhecimentos (LÉVY, 1999, p. 158).

A segunda reforma destaca o reconhecimento das experiências adquiridas. Como as pessoas estão em aprendizagem nas suas atividades sociais e profissionais diárias, as escolas estão perdendo o monopólio da criação e transmissão de conhecimento.

Nesses conceitos, pode-se observar que a diversidade conceitual varia de acordo com as características comunicacionais, e as tecnologias disponíveis no curso da história influenciaram a sociedade, sempre destacando a separação física e/ou temporal entre professor e estudante e ainda de acordo com o suporte tecnológico ou mídia utilizada no momento.

Keegan (apud MOORE, 2007, p. 245), após estudar diferentes conceitos, elegeu o que ele considerou serem os elementos essenciais para definir a EAD,

[...] distância entre professor e aluno; influência de uma organização educacional, especialmente no planejamento e na preparação dos materiais de aprendizado; uso de mídias técnicas; disponibilidade de comunicação nos dois sentidos; possibilidade de seminários ocasionais; e, por último e mais controverso, participação na forma mais industrial da educação.

Analisando-se cada uma das concepções, percebe-se que a educação a distância se torna bem mais interessante à proporção que as TIC e princípios pedagógicos adequados avançam. Nesta obra, o conceito da educação se sobrepõe ao de ensino não só por acreditar que as melhorias continuarão a avançar, mas, principalmente, por crer que o educar supera o ensinar, uma vez que ensino transmite, mas a educação transforma. Neste contexto, entende-se que o conceito de educação a distância, apresentado pela legislação brasileira, conforme o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, seja adequado à atual fase em que esta se encontra no Brasil.

[...] educação a distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

As palavras constantes da citação colaboram para compreender uma tendência que, a cada dia, configura-se com maior precisão, ou seja, será cada vez menor o número de fatores que diferem a educação presencial da EAD. Seja pelo número de pessoas cada vez maior a serem atendidas, seja pela natural inserção das inúmeras tecnologias

multimídias no cotidiano escolar, a educação tenderá a ser mediada por meios de TIC de forma mais expressiva.

Para Moore e Kearsley (2007), um dos fatores que caracterizam a educação a distância é o fato de estudantes e professores em locais distintos durante todo ou grande parte do tempo do aprendizado/ensino, necessitando assim de tecnologias para a transmissão de informações e interação.

Para Gonzalez (2005), nesta modalidade, o professor e o aluno estão separados não só no espaço, mas também no tempo. O referido autor complementa como característica do EAD o fato do aprendizado ser realizado de forma mais intensa pelo aluno do que pelo instrutor, característica que o torna mais independente e de responsabilidade do aluno. Acrescenta-se o fato da comunicação entre estudante e professor ser mediada por documentos impressos ou por alguma forma de tecnologia. Além disso, uma das características especiais da educação a distância é “[...] a capacidade de uma instituição ou organização proporcionar acesso à educação a alguns alunos que de outra forma, não poderiam obtê-la” (MOORE e KEARSLEY, 2007, p. 178).

Moore e Kearsley (2007, p. 2) definem EAD como

[...] o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.

Peters (2002, p. 69) complementa que a educação a distância:

[...] não é apenas aprendizagem convencional com a ajuda de uma mídia técnica em particular. É uma abordagem totalmente diferente com estudantes, objetivos, métodos, mídias e estratégias diferentes e, acima de tudo, objetivos diferentes na política educacional. A educação a distância é *sui generis*.

Duas características importantes da EAD são a possibilidade do aprendizado de forma assíncrona ou síncrona. O primeiro refere-se normalmente às formas de educação a distância onde a comunicação ocorre por meio de tecnologias da internet que suportam comunicações assíncronas, ou seja, que não ocorrem ao mesmo tempo, por exemplo, *e-mail*, *websites* e avisos *online* (MOORE e KEARSLEY, 2007). Já o aprendizado síncrono ocorre simultaneamente, como nos *chats*, nas videoconferências etc.

Numa visão contextualizada, pode-se afirmar que a EAD é caracterizada por: separação física e/ ou temporal entre professor e aluno; utilização de tecnologias de comunicação; apoio de uma tutoria; aprendizagem independente e flexível; comunicação bidirecional e enfoque didático.

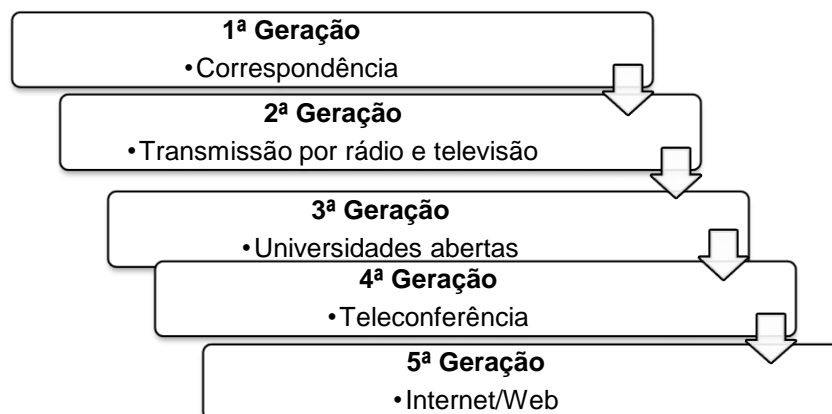
Assim como os conceitos, a origem exata da EAD ainda é motivo de grandes discussões. O uso de cartas para a comunicação é conhecida desde a Grécia. Segundo, Goulvêa & Oliveira (2006), por meio das correspondências, as Epístolas, o apóstolo Paulo teria educado cristãos dispersos nas mais diversas cidades da Grécia e perpetuado os ensinamentos que se constituem a essência do cristianismo.

Como marco inicial da história da EAD, no século 18, destaca-se o estudo por correspondência, quando um curso foi oferecido por uma instituição de Boston (EUA). A partir de então, é possível estabelecermos uma cronologia da evolução da EAD no mundo.

Seja como for, seu crescimento efetivo ocorreu a partir do século 19, iniciando com uma concentração maior na Europa, na oferta de cursos por correspondência na Suécia, Reino Unido, Espanha e já citado na América, nos EUA, quando o contexto mundial passou a ser delineado e composto pela técnica, mercado global e, posteriormente, por capitais.

No início do século 20, países como Austrália, Alemanha, Noruega, Canadá, França e África do Sul começam a vivenciar suas primeiras experiências com a modalidade. Entretanto, apenas na segunda metade do século 20 é que a EAD começou a se fortalecer e a se estabelecer como uma importante modalidade de ensino em todo mundo.

Segundo Moore e Kearsley (2013), a evolução da EAD pode ser retrçada a partir das principais tecnologias utilizadas na comunicação entre professores e estudantes, bem como outros membros da comunidade de aprendizagem. A partir dessa perspectiva, os autores definem cinco gerações para a educação a distância, conforme se observa na Figura 1.



Fonte: Moore e Kearsley (2013) – adaptado.

Figura 1 – História da EAD a partir das tecnologias de comunicação

Há que se notar que tal periodização tem caráter apenas didático e sistematizador, uma vez que a EAD, como qualquer prática sociocultural, não ocorre de forma homogênea em todo o mundo, ou mesmo em todo o Brasil. Assim, por exemplo, a suposta terceira geração da EAD toma corpo em diferentes países conforme a popularização da TV entre os seus cidadãos. Se, nos EUA, isso ocorreu por volta de 1930, no Brasil só a partir de 1960 a TV pode ser considerada um aparelho eletrônico de acesso democrático.

Para Peters (2003), a evolução sofrida pela EAD teve seu grande impulso a partir da década de 70 devido à ação de empresários que, interessados em lucro, incentivaram a realização de cursos, seguindo os moldes da indústria: a produção em massa a baixo custo. Ou seja, em sua concepção, a economia teria sido a grande motivadora para as primeiras experiências significativas em EAD. Evidentemente, tal situação teve aspectos positivos e negativos. Os benefícios devem-se, particularmente, ao avanço que a modalidade passou a experimentar. No entanto, os prejuízos para os demais aspectos, particularmente os didático-pedagógicos, não podem ser ignorados, pois esse pouco cuidado fez com que a modalidade passasse a sofrer severas críticas.

Examinando sua evolução sob o ponto de vista técnico, para Garrison (apud PETERS, 2003, p. 32), “[...] a educação a distância possui algumas divisões que permitem uma melhor compreensão de sua evolução”. Nesse contexto, a primeira fase da EAD foi caracterizada pelo uso do material impresso e dos meios básicos de comunicação pessoal, particularmente, os audiovisuais, os auditivos, livros, manuais e demais recursos usados para o ensino. As teleconferências, por sua vez, marcam o início da segunda geração. E,

sendo resultado direto de um contexto marcado por rápidas mudanças, a terceira geração foi caracterizada não só pela soma de todos os benefícios advindos das fases anteriores, mas, principalmente, pelo uso do computador pessoal, tido como um motivador da evolução pedagógica, pois suas características possibilitaram condições para que os atendimentos de massa possam, gradativamente, ceder lugar aos ambientes virtuais interativos, capazes de proporcionar diálogo simultâneo e dinâmico, seja de professores com estudantes, seja destes entre si.

Para Peters (2003, p.192), nessa nova perspectiva, o processo educacional pôde, finalmente, ser reestruturado, pois, “[...] o aprender é considerado em sua totalidade e o papel das tradicionais instituições educacionais passa a ser relativizado”.

A Internet, por sua vez, inaugurou uma nova fase para a EAD. Com ela, novas nomenclaturas passaram a fazer parte do cotidiano, como as aulas *on-line* (*e-learning*), a aprendizagem mediada por computador, viabilizando a convergência entre texto, áudio e vídeo. Nesta nova etapa, o grande avanço está no fato de as TICs possibilitarem e fortalecerem a interatividade e a interação a distância. E isso faz com que, gradativamente, o conceito de ensino a distância cada vez mais se esvazie em nome da educação a distância.

A aprendizagem por *e-learning* é um termo utilizado para indicar que o processo de aprendizagem se desenvolve por meio eletrônico, mediado pela internet. Palloff e Pratt (2002 apud NUNES e VILARINHO, 2006, p.111) “[...] chamam de aprendizagem eletrônica àquela que se efetiva por meio de comunicação eletrônica, apoiada em dispositivos mediáticos, dentre os quais se destacam e-mails, fóruns eletrônicos e *chats*.” Em outras palavras, define-se como uma forma de aprendizagem interativa que utiliza conteúdo disponível *on-line*, com *feedback* automático das atividades realizadas pelos estudantes por meio de uma ferramenta de gerenciamento de ensino.

No Brasil, os relatos mais consistentes sobre o uso da EAD datam do início do século XX, no iminente processo de industrialização, quando, por meio das políticas educacionais, vislumbrou-se a necessidade de formação do trabalhador para a ocupação industrial.

Nesse contexto, a Educação a Distância se apresentou como uma alternativa para atender à demanda, principalmente por meio radiofônico, o que permitiria a formação dos trabalhadores do meio rural sem a necessidade de deslocamento para os centros urbanos. Desta forma, observa-se que a história da EAD no Brasil, com o objetivo de formação

profissional, capacitando pessoas para desenvolver determinados conhecimentos e com habilidades para empregá-los no exercício de uma profissão, sempre esteve motivada por questões de mercado.

Alves (2008, p. 9) relata que segundo pesquisa do IPEA,

Pouco antes de 1900 já existiam anúncios nos jornais de circulação no Rio de Janeiro oferecendo cursos profissionalizantes por correspondência. Eram cursos de datilografia ministrados não por estabelecimentos, mas por professores particulares.

Com a necessidade de oferta de cursos profissionalizantes, em 1904, chegou ao Brasil uma filial norte-americana da instituição “Escolas Internacionais”. Esta instituição continua ativa até os dias atuais. É fundamental destacar, conforme Alves (2008), que os cursos eram por correspondência, como nos demais países, e o transporte era prioritariamente feito por meio de ferrovias.

Seguindo as tendências internacionais, na década de 1920, iniciou-se a EAD, a partir da fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, com o objetivo de oferecer educação popular. E em 1939, foi fundada a primeira escola brasileira para oferta de cursos a distância, o Instituto Monitor, seguido pelo Instituto Universal Brasileiro (IUB), em 1941, ambos em São Paulo. Eram oferecidos cursos por correspondência em diversas áreas, como eletrônica, mecânica, contabilidade corte e costura, entre outros. Atualmente, o Instituto Universal Brasileiro continua na sua oferta de cursos, utilizando recursos impressos e on-line.

Em 1960, com a popularização do rádio de pilha, o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Igreja Católica e ao governo federal, desenvolveu um programa de alfabetização de adultos, por meio do Sistema Rádio Educativo. Em 1967, ocorreu a publicação do Código Brasileiro de Telecomunicações que estabelecia a obrigatoriedade de transmissão de programas educativos pelas televisões educativas e emissoras de radiodifusão. Já em 1968, ocorreu a criação do Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais que visava o uso de rádio, televisão e outros meios adequados à educação. Nesse ano, foi definido pelo Ministério das Comunicações um tempo obrigatório para apresentar os programas educativos pelas emissoras.

Na década de 70, o Brasil se tornou referência internacional em EAD. O Ministério da Educação e Cultura criou um conjunto de importantes projetos como o

Logos I, de capacitação de professores; o Logos II, de habilitação de professores leigos, este projeto foi desenvolvido em 19 unidades da Federação. A partir do Projeto Minerva, após a Voz do Brasil, o rádio transmitia cursos a distância para formação básica de ensino (VIGNERON, 2005).

Segundo Saraiva (1996), em 1972, foi criado, no Ministério da Educação e Cultura, o Programa Nacional de Teleducção (Prontel), com vistas a coordenar e apoiar a teleducção no Brasil, posteriormente substituído pelo Centro Brasileiro de TV Educativa (FUNTEVÊ), do Departamento de Aplicações Tecnológicas do MEC.

Em 1976, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) iniciou suas atividades em EAD com a criação de um Sistema Nacional de Teleducção. De 1976 a 1988, foram oferecidos cerca de 40 cursos, utilizando material instrucional. Em 1991, o Senac, após avaliação, promoveu uma reestruturação geral do seu programa de EAD.

Em 1977, foi criada a Fundação Roberto Marinho que colocou no ar, em 1980, o Telecurso 1º e 2º grau, com o uso da televisão. A transmissão era via satélite e o suporte dado com materiais impressos em forma de kits.

A Universidade de Brasília (UnB) tem larga experiência em EAD através de cursos de extensão, iniciada em 1979, sendo a primeira instituição superior brasileira a utilizar essa modalidade de ensino. Entrando pela década de 80, observa-se grande modificação no modelo de ensino oferecido desde então. Alves (2001, p. 4) afirma:

No fim da década de 1980 e início dos anos 1990, nota-se um grande avanço da EAD Brasileira, especialmente em decorrência dos projetos de informatização, bem como o da difusão das línguas estrangeiras. Hoje se tem um grande número incontável de cursos que oferecem, por meio de instrução programadas para microcomputadores, vídeos e fitas k-7, formas de autoaprendizagem.

Na década de 90 do século passado, muitas experiências governamentais, não-governamentais e privadas foram implementadas com sucesso, particularmente as experiências voltadas para a formação continuada de professores, como o programa “Um Salto para o Futuro”. Em 1992, foi criada a Coordenadoria Nacional de Educação a Distância na estrutura do MEC e, a partir de 1995, a Secretaria de Educação a Distância (extinta em 2011) e o lançamento da TV Escola, além de várias experiências bem sucedidas como o LED, Laboratório de Educação a Distância da Universidade de Santa Catarina, e as Iniciativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, trouxe as bases legais para a modalidade da educação a distância. Ficou estabelecida a obrigatoriedade presencial para a avaliação, o estágio, a defesa de trabalhos e conclusão de curso, assim como a obrigatoriedade de carga horária igual à da modalidade presencial. São classificados também os níveis de modalidades educacionais, sendo eles a educação básica, a de jovens e adultos, a especial, a profissional e a superior.

No Brasil, somente a partir do ano de 1996, a EAD foi oficialmente inserida no sistema educacional nacional, podendo assim ser regulamentada e financiada por meio de políticas públicas como, por exemplo, o Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB cujas atividades se iniciaram em 2006.

Segundo levantamento divulgado pelo Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (AbraEAD), em sua edição 2015, mais de 3,5 milhões de brasileiros estudam em cursos a distância. A pesquisa incluiu não só estudantes em cursos de instituições credenciadas pelo Sistema de Ensino, mas também grandes projetos de importância regional ou nacional, como os da Fundação Bradesco, Fundação Roberto Marinho e os do Grupo S (SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE, etc.). Ainda segundo o Anuário, a oferta de projetos voltados para a educação técnica, incluindo a distância, apesar de alguns revezes sofridos nos últimos dois anos, continua em evolução permanente.

Nessa perspectiva, a EAD no Brasil alcançou um lugar de destaque, pois viabilizou cursos que podem ser oferecidos, ao mesmo tempo, a estudantes em diferentes lugares e com mesmo planejamento. Outra colaboração dada pela EAD é a de que os futuros profissionais estudarão e serão profissionais para atuar na sua realidade, mantendo o profissional em sua região e, assim, diminuindo a falta de profissionais para atuar nas cidades mais longínquas do país, uma vez que, em muitos casos, podemos observar que alguns estudantes migram de suas cidades para estudar nas instituições de ensino técnico ou superior, na maioria localizada nas capitais, e depois de alguns anos não retornam mais à realidade anterior, causando, assim um inchaço de profissionais nas capitais e uma carência no interior.

1.5. A Inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior

Na contemporaneidade, um dos principais objetivos das universidades é consolidar-se em num espaço de referência que contribui para o exercício da cidadania, “possibilitando a desconstrução de modelos sociais opressores e, assim, a transformação de valores e da própria realidade” (TRINDADE, 2011, p. 53). Nessa perspectiva, o espaço universitário torna-se um importante articulador e marcador de trajetórias que desenham o desenvolvimento pessoal, intelectual e social da pessoa. Nesse contexto, torna-se pontual e imprescindível seu ofício, pois oportuniza não somente a formação acadêmica, mas estabelece relações éticas e humanizadoras.

É nesse cenário que as universidades podem oportunizar iniciativas políticas para a proposta da inclusão, favorecendo e assegurando missões institucionais que desenvolvam ações que contribuam para este fim. Por outro lado, não se pode ignorar os inúmeros desafios enfrentados pelas universidades, haja vista que deparam-se com fatores

“como ambientes pouco receptivos e desestimulantes, presença de barreiras físicas e arquitetônicas, discriminação, falta de informação, e ainda, a inexistência de serviços de apoio podem influenciar negativamente a trajetória dos jovens com algum tipo de deficiência, podendo resultar em abandono” (ANTUNES, 2011, p. 89).

Além dos itens acima citados, as universidades ainda sofrem uma cobrança social concernente às fortes expectativas de que elas devam ter a obrigatoriedade de contribuir

“para a diminuição das diferenças impostas pelos padrões potencialmente desiguais estabelecidos no atendimento às exigências de qualificação no mercado de trabalho, bem como para o desenvolvimento econômico e social, de modo amplo” (SEIXAS, 2013, p. 27).

No entanto, é inegável que as universidades possuem sim um papel importantíssimo no que diz respeito aos debates, discussão, apoio e implementação de ações que favoreçam o reconhecimento pela diversidade e o respeito pelas pessoas e suas individualidades e diferenças. Assim sendo, “o valor de igualdade e respeito à diversidade

e de suas peculiaridades e singularidades, impulsionam o início de movimentos que garantam os direitos dessa parcela da população” (PEREIRA, 2014, p. 78) e a universidade pode sim, ser um palco que fomenta este objetivo.

Diante disso, faz-se importante ressaltar que as universidades precisam estar preparadas para receber os estudantes com necessidades especiais educacionais e que esta recepção, bem como os processos de inclusão - deverão ser feitos de modo preciso e adequados, visando manter o estudante com deficiência, sem que este sofra quaisquer tipos de constrangimentos, além de enfatizar que sua aprendizagem ocorra de modo significativo. Nesse contexto, é imprescindível a figura do professor-educador na mediação e orientação desses processos. Isso porque

“A preocupação do professor que por muito tempo esteve centrada no conteúdo e não nas formas de como esse aluno pode aprender melhor interferiu muito nos possíveis avanços dos alunos com deficiências, os quais com frequência desistiam de seus objetivos abandonando o ensino superior” (MASETTO, 2013, p. 47).

Ademais, sublinhamos que a elaboração e constituição de políticas inclusivas para o ensino superior contribuirá para a garantia desse direito fundamental que é o da INCLUSÃO. Nesse fio condutor de direção, a proposta de inclusão no contexto universitário irá

“beneficiar o desenvolvimento de uma universidade para todos, onde juntos buscam uma mudança de pensamento e reformulação de conceitos acerca da deficiência para que se multipliquem os espaços inclusivos e as conquistas sociais, favorecendo assim a elaboração de propostas de políticas públicas viáveis para outras universidades e significativas para esse segmento da população” (PEREIRA, 2014, p. 81).

É nessa direção que as universidades conseguirão desenvolver um projeto que inclui a TODOS, sem fazer quaisquer distinções entre as pessoas, em especial, ao seu público de deficientes. E mais: desse modo, elas garantirão

a todos os alunos com necessidades educacionais especiais o acesso e permanência com sucesso, sem qualquer discriminação ou preconceito, a fim de promover sua integração social e educacional, priorizando a construção de uma nova relação entre educadores e educandos, para que juntos possam transformar a realidade acadêmica, possibilitando o resgate da identidade e favorecendo o desenvolvimento da autonomia deste sujeito.

Considerando o exposto, não poderíamos deixar de ressaltar que, nesta caminhada rumo à INCLUSÃO, as universidades devem levar em consideração alguns tópicos para implementação de ações: adequação do espaço físico; apoio acadêmico que atenda as particularidades de cada caso em torno das múltiplas deficiências; promoção de diversos eventos que dialoguem com o tema em pauta e que resultem em ações sociais e com o processo de inclusão de estudantes deficientes que frequentam o nível superior; políticas de extensão com comunidades diversas visando favorecer o conhecimento, o respeito, a postura ética, o senso crítico, o despertar para a acolhida a TODOS, sem que ocorra nenhum tipo de discriminação e que se efetive o abraço às causas que lidam com questões referentes ao tema da Diversidade.

2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Neste capítulo apresentamos o trilhar metodológico constituído, destacando como se procedeu a construção do estudo empírico. Para isso, abordamos cada etapa da pesquisa constituída, narrando desde o interesse temático até a fase de análise da pesquisa empírica.

As principais motivações que nos levaram ao interesse temático concentram-se e relacionam-se aos seguintes fatos:

- a formação da pesquisadora é em Serviço Social, o que permite militar pela defesa dos direitos e igualdade entre as pessoas e ampliação do acesso à educação, à segurança, à saúde, ao equilíbrio social e à justiça;

- a pesquisadora atuou na docência universitária entre 2009 e 2016, ministrando aulas e orientando projetos e pesquisas para estudantes deficientes – adquirindo um olhar de altruísmo, alteridade, empatia, respeito e valorização do próximo, reconhecendo que todas as pessoas são iguais e que precisam serem vistas como iguais por TODOS, independente de credo, raízes étnicas, sexualidade, posição política, cultural e social;

- o estudo em voga também é motivado pelas desigualdades e violação de direitos, quando deparamos com ambientes inadequados e com as irregularidades dos

serviços prestados, bem como a oferta diferenciada e privilegiada do produto oferecido para alguns e excluindo outros.

- a inquietação em conhecer como se dá o enlace entre a educação inclusiva com a Educação a Distância (EaD) – foi o principal fator motivacional, haja vista que a pesquisadora participa ativamente dessa articulação como professora, o que permitiu revelar por meio desta pesquisa os anseios/expectativas, desafios/superações vivenciados pelos estudantes deficientes do curso de Serviço Social da instituição investigada.

2.1 Problemática e Questão de Partida

As discussões tecidas acerca dos desafios da INCLUSÃO a reportam como um direito de TODAS as pessoas. No caso deste estudo, estamos construindo reflexões e chamando a atenção especial - ao direito de uma educação inclusiva com boa qualidade, particularmente às pessoas que possuem algum tipo de deficiência e que estudam na ULBRA-Manaus/AM, no curso de Serviço Social semi-presencial.

O desafio lançado permite-nos observar que não se pode falar em participação **a** vida, se por outro lado, essa participação for violada. Portanto, garantir esse direito é um exercício de cidadania e um instrumento de fortalecimento dos laços fraternos e de alteridade, possibilitando a justiça e igualdade, sem distinção de raça, cor, credo, sexualidade, gostos e deficiência.

Nesse viés, este estudo acrescenta aos seus desafios, analisar os processos de ensino/aprendizagem de estudantes deficientes, matriculados no curso semi-presencial de Serviço Social, na ULBRA-Manaus/AM, na modalidade da Educação a Distância (EAD), observando os desafios e possibilidades de superações referentes às propostas de educação inclusiva. Tal delineamento encontra-se atrelado à verificação da aprendizagem desses estudantes, a qual acontece por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis na plataforma MOODLE e de equipamentos da tecnologia assistida, além de observar questões referentes aos aspectos da acessibilidade que a instituição pesquisada oferece a esse público.

Acredita-se deste modo, ser possível pensar a cultura da vida e da esperança para as pessoas com deficiência, onde mulheres e homens deste século, estejam engajados nas práticas educativas formais e sejam senhores e senhoras de suas vidas, partícipes do mundo, irmanando entre si e religados ao transcendente.

Partindo da reflexão contextual da problemática enunciada, elaboramos a seguinte questão de partida da pesquisa, visando obter respostas de acordo com os dados produzidos no campo empírico:

- Como ocorre o processo de Ensino à Distância do curso de Serviço Social semi-presencial que abarque os estudantes deficientes do Centro Universitário Luterano do Brasil (ULBRA-Manaus/AM) e quais os desafios e possibilidades de superações enfrentados por esses alunos na ótica da inclusão?

2.2. Objetivos

2.2.1 Geral

Conhecer como se dá o processo de Ensino à Distância (EaD) do curso de Serviço Social semi-presencial que inclua os estudantes deficientes do Centro Universitário Luterano do Brasil (ULBRA-Manaus/AM), identificando desafios e possibilidades de superações no contexto da INCLUSÃO.

2.2.2 Específicos

- Descrever o processo de ensino e aprendizagem na modalidade EaD no curso de Serviço Social semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM.

- Verificar como o processo de ensino e aprendizagem na modalidade EaD tem em conta estudantes deficientes matriculados no curso de Serviço Social semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM, apontando desafios e possibilidades de superações concernentes à inclusão educacional.

2.3. Natureza do estudo

De acordo com Andrade (2009, p. 111), a pesquisa refere-se ao “conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”. No caso desta pesquisa, sua natureza é descritiva, ancorada na abordagem qualitativa e foi efetivada por meio de uma pesquisa de campo. Os fundamentos metodológicos se apoiam em autores que se dedicaram às pesquisas da metodologia científica, como Pope & Mays (1995), Gonsalves (2001), Santos (2006), Minayo (2007) e Andrade (2009).

Na abordagem qualitativa o que se leva em consideração é a análise dos significados que os sujeitos atribuem aos fatos em questão. Quanto a isso, Pope & Mays (1995, p. 42) afirmam que “os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos”.

Marconi e Lakatos (2010), explicam que na abordagem qualitativa uma pesquisa tem como premissa analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Assim, na leitura das informações coletadas para interpretar os dados, é relevante considerar os diversos jogos de linguagem, pois, o “não-dito” pode revelar aspectos importantes.

Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa tem como objetivo procurar responder a questões subjetivas inerentes às ações humanas, para que se alcance um nível de realidade revelado por meio do rigor científico que não se encontra associado à fatores e mensurações quantificadas. Essa mesma autora observa que os pesquisadores que utilizam a pesquisa qualitativa buscam o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas, nem se submetem a provas de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. O objetivo é trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

2.4. Técnicas e Instrumentos de recolha e tratamento de dados

2.4.1 Pesquisa documental

A pesquisa também caracteriza-se como estudo documental, haja vista que nos debruçamos da leitura dos seguintes documentos: Proposta Pedagógica do curso de Serviço Social semi-presencial, na modalidade EaD, da ULBRA/Campus Manaus, com ênfase na educação inclusiva e o Projeto Arquitetônico e urbanístico da instituição pesquisada.

Uma vantagem em utilizar o estudo documental é que os procedimentos de coleta e análise de dados se comparam aos procedimentos exigidos por outros tipos de pesquisa, tornam-se mais ágeis e de fácil acesso. Os documentos também se caracterizam pela sua linguagem e forma mais acessível que os demais métodos de pesquisa (GIL, 1991).

2.4.2 Roteiro e Procedimentos das Entrevistas

Antecedendo à apresentação de como ocorreram as entrevistas, faz-se importante narrar de que modo procedemos à elaboração do roteiro de questões para as entrevistas realizadas. Nesse viés, apontamos que esse procedimento se deu a partir da leitura e reflexão dos objetivos com a questão de partida da pesquisa e tendo bem presente o que elencamos no quadro teórico. A partir daí, foram elaboradas questões que organizaram o guião de entrevistas, ficando do seguinte modo:

- Questão introdutória: neste item foi explicado ao entrevistado o que se pretendia com a entrevista, deixando-o à vontade e assegurando a confidencialidade da entrevista.
- Questão 0: esta questão procurou evidenciar dados sobre a característica do entrevistado a nível acadêmico e profissional.
- Questão 1: esta questão procurou recolher informações sobre a constituição do processo de ensino na modalidade EaD do curso de Serviço Social semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM, oferecido também para estudantes com necessidades especiais educacionais;
- Questão 2: a segunda questão buscou informações sobre a eficiência da modalidade EaD para o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso de Serviço

Social semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM, oferecido também para estudantes com necessidades especiais educacionais.

- Questão 3: a terceira questão visou identificar possíveis dificuldades existentes no processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso de Serviço Social semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM, oferecido para estudantes com e sem necessidades especiais educacionais.

- Questão 4: a quarta questão teve o intuito de identificar as estratégias facilitadoras para as aprendizagens dos conteúdos do curso de Serviço Social semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM, oferecido para estudantes com e sem necessidades especiais educacionais.

- Questão 5: a quinta questão observou os desafios que os participantes da pesquisa identificaram no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva do curso de Serviço Social semi-presencial, na modalidade EaD, oferecido para estudantes com necessidades especiais educacionais.

- Questão 6: a sexta questão analisou possíveis superações relatadas pelos participantes da investigação referentes ao processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso de Serviço Social semi-presencial, na modalidade EaD, oferecido para estudantes com necessidades especiais educacionais.

As questões elaboradas configuraram e visaram o alcance do objetivo principal e objetivos específicos propostos no estudo, enunciando os modos de organização do ensino e aprendizagens dos estudantes deficientes do curso investigado.

Faz-se importante enfatizar que as entrevistas ocorreram no formato de abordagem e diálogo com os participantes e sua aplicação procurou respeitar os preceitos éticos da pesquisa designados na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que obedecem a normas e procedimentos éticos de investigações que envolvem seres humanos. Seguindo esses critérios, as entrevistas ocorreram do seguinte modo:

- Primeiramente foi feito um agendamento com todos os participantes, com datas que buscavam atender a disponibilidade individual de cada um;

- Cada entrevista aconteceu de modo tranquilo, onde cada participante respondeu às perguntas do roteiro com motivação, envolvimento e interesse pela pesquisa em pauta.

2.4.3 Procedimentos de análise dos dados

- Quanto ao **Recurso à análise Documental**: analisamos a proposta pedagógica de ensino e aprendizagem na modalidade EaD do curso de Serviço Social semi-presencial, procurando conhecer as dimensões de INCLUSÃO do curso, verificando de que modo seus escritos se efetivam nas práticas docentes. Ademais, procuramos também conhecer o Projeto Arquitetônico e urbanístico da instituição pesquisada, verificando as propostas de acessibilidade ao público deficiente, por parte da instituição pesquisada. Vale ressaltar que este último documento serviu apenas para esse fim, portanto o mesmo não foi utilizado para análise comparativa ou complementar com trechos das entrevistas dos participantes da investigação.

- Quanto à organização dos **Dados Recolhidos das Entrevistas**: a) após gravação feita pela pesquisadora, procedeu-se às transcrições de forma minuciosa com o intuito de não se perder nenhuma informação; b) em sequência, organizamos esses dados de forma que os enunciados dos participantes, juntamente com alguns trechos da proposta pedagógica de ensino/aprendizagem do curso de Serviço Social em EaD, gerassem focos temáticos visando o alcance dos objetivos propostos e trouxessem respostas às questões norteadoras da investigação; c) os focos temáticos gerados foram os seguintes: A) o processo de ensino/aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais educacionais do curso de Serviço Social na modalidade em EaD semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM; B) considerações quanto à eficiência do curso de Serviço Social na modalidade em EaD semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM no que se refere ao processo ensino/aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais educacionais; C) as dificuldades no processo ensino/aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais educacionais do curso de Serviço Social na modalidade em EaD semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM; D) as facilidades no processo ensino/aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais educacionais do curso de Serviço Social na modalidade em EaD semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM; E) os desafios identificados no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva dos estudantes com necessidades especiais educacionais do curso de Serviço Social na modalidade em EaD semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM; F) as superações identificadas no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva dos estudantes com necessidades

especiais educacionais do curso de Serviço Social na modalidade em EaD semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM. Esses seis temas foram discutidos na apresentação e discussão dos resultados dos dados empíricos, conforme segue no próximo capítulo do texto dissertativo.

- A partir dos **Focos Temáticos** gerados, fomos desenvolvendo a análise de maneira que evidenciasse respostas à questão de partida da pesquisa, culminando com os objetivos propostos. A partir disso, fomos construindo nosso parecer sobre cada evidência enunciada à luz das falas dos participantes e de alguns trechos da proposta pedagógica do curso de Serviço Social em EaD da ULBRA-Manaus/AM, fundamentando nossas inferências com falas de autores/pesquisadores que desenvolveram pesquisas próximas desta investigação.

3. RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa empírica, os quais foram evidenciados à luz das falas dos participantes da pesquisa e da proposta pedagógica de ensino e aprendizagem na modalidade EaD do curso de Serviço Social semi-presencial. Adicionalmente, são tecidas as análises desses resultados acompanhadas das inferências produzidas com suporte teórico.

A contextualização se desdobra em quatro tópicos: o primeiro apresenta a caracterização da instituição pesquisa; o segundo narra alguns trechos do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM acompanhados de alguns posicionamentos por nós produzidos; o terceiro apresenta como se constitui o processo de ensino/aprendizagem dos participantes da investigação na ótica da educação a distância, verificando as estratégias pedagógicas que visam configurar a educação inclusiva no ensino superior. Concernente ao quarto, este identifica desafios e superações observados pelos entrevistados concernentes à construção e consolidação de um projeto que vise a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

3.1. Caracterização da Instituição

O Centro Universitário Luterana do Brasil (ULBRA *Campus* Manaus-AM) foi o local escolhido para realização da pesquisa. É também o espaço educativo onde funciona o curso de Serviço Social à Distância em que os participantes discentes da investigação encontram-se matriculados e os docentes ministram as aulas no curso supramencionado.

Trata-se de uma instituição vinculada à Comunidade Evangélica São Paulo, e possui vários *campus universitários* distribuídos nos diversos Estados brasileiros. Sua missão é promover diretamente a educação de nível superior em todo território brasileiro, como instrumento de cidadania para gerar ocupação e renda, em articulação com os programas de governo e que a sociedade necessita, bem como ser o agente de informática e de inclusão digital, conforme disponibilizado no site da instituição.



Fonte: Foto projetada pela pesquisadora.

Figura 2 - Fachada da ULBRA-Manaus/AM

A ULBRA-Manaus/AM atua para possibilitar garantia aos seus alunos concernente à formação humana que possibilite o acesso ao saber sistematizado e que este potencialize o desenvolvimento da criticidade, iniciativa e autonomia do discente, principalmente para a vida.

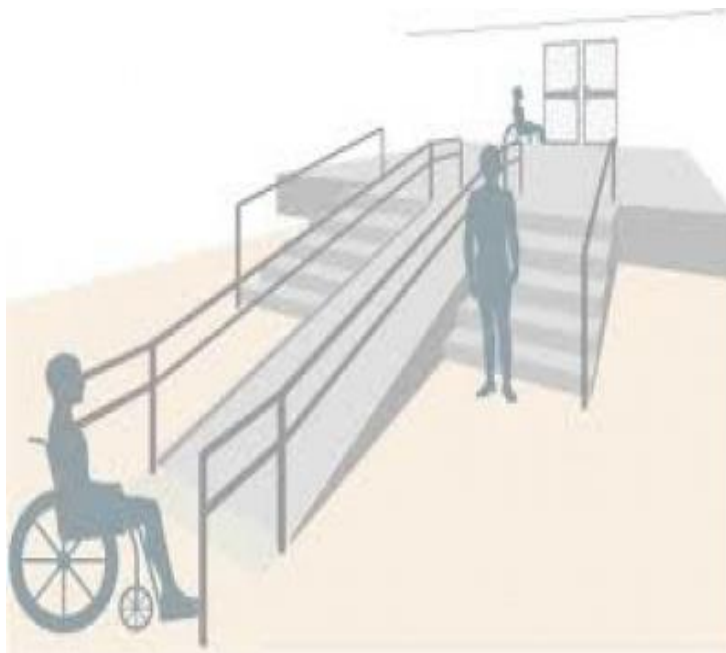
Segundo as informações prestadas pelo gestor da instituição, a ULBRA-Manaus/AM tem como meta a formação de um homem profissional que não padeça o esfacelamento de sua função, mas que se torne autor de uma sólida formação e que possa atuar em diferentes setores da sociedade, exercendo com êxito os diversos campos profissionais. É nessa contextualização com objetivo de incluir que, surgiu a necessidade da ULBRA-Manaus/AM “investir na educação inclusiva de alunos deficientes, com processos e metodologias específicos no viés da Educação a Distância (EaD)” (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO EM EaD DE SERVIÇO SOCIAL DA ULBRA-MANAUS/AM). Nesse sentido, é imprescindível considerar a necessidade de uma Pedagogia Social, capaz de atender as demandas emergentes no campo educacional desses alunos.

O Diretor Administrativo e o Diretor Acadêmico da ULBRA-Manaus/AM são os responsáveis pelo funcionamento do curso semi-presencial de Serviço Social em EaD. Esses profissionais articulam e integram os setores, vislumbram resultados para a instituição educacional embasados num planejamento alinhado com os conceitos de administração e com comportamento otimista e de autoconfiança e com propósito macro bem definido, além da comunicação eficaz. Segundo o Diretor Acadêmico,

A instituição compreende que não estamos definitivamente aprisionados, que a história não acabou e que devemos voltar nosso olhar aos movimentos de luta em favor de uma vida plena, digna e justa para todos. Por isso, o curso semi-presencial de Serviço Social foi um passo importantíssimo que a ULBRA da cidade de Manaus tomou para oferecer uma proposta de educação inclusiva. Nesse contexto, esse curso além de trabalhar com um currículo que prestigia as pessoas com necessidades especiais educacionais na ótica da inclusão, proporcionou que a ULBRA procurasse adaptar suas instalações à luz de uma proposta arquitetônica, de modo que facilitasse também a acessibilidade dos estudantes deficientes.

Através da fala deste diretor, podemos analisar que a instituição procurou realizar a acessibilidade e inclusão desses alunos no ensino superior, permitindo observar que a

IES enquadra-se dentro das exigências ou rupturas e busca de alternativas não só arquitetônica, mas na efetivação de práticas educativas diferenciadas voltadas às novas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Nesse sentido, identificamos uma postura ética e política de aceitação das diferenças e conhecimentos técnicos fundamentados, para que os alunos com deficiência consigam realizar suas atividades com êxito.



Fonte: Projeto Arquitetônico da ULBRA-Manaus.

Figura 3 - Desenho arquitetônica da rampa da instituição

Quanto à acessibilidade, podemos considerar que as ações desenvolvidas pela ULBRA-Manaus para atender o público deficiente ainda estão muito distante daquilo que está anunciado no seu Projeto Arquitetônico. Neste Projeto, presenciamos em seus escritos sobre a construção de rampas (conforme figura 3) para possibilitar aos cadeirantes a mobilidade física desse público de forma mais segura. No entanto, esta ação inexistente nas instalações na instituição, o que podemos apontar como um dos aspectos críticos que necessita ser revisto e construído emergencialmente.

Um outro ponto crítico que o Projeto Arquitetônico menciona é a construção de piso tátil visando facilitar com que as pessoas cegas ou com baixa visão tenham condições

de locomoverem-se através do tato. Portanto, na prática foi possível verificar a inexistência deste piso, consistindo num distanciamento entre o “dito” e o “feito”.

Quanto ao estacionamento da instituição, podemos identificar os lugares reservados para as pessoas com deficiência, assegurando neste aspecto o que rege o Projeto Arquitetônico, conforme podemos ver de acordo com a figura a seguir.



Fonte: Fotografia projetada pela autora.

Figura 4 - Estacionamento da ULBRA-Manaus (lugares reservados)

Quanto à sala de aula onde ocorrem encontros presenciais com os alunos do curso de Serviço Social em EaD, esta encontra-se equipada com alguns recursos da Tecnologia Assistiva, tais como: bengalas, computadores adaptados para pessoas cegas, braile, softwares especiais para reconhecimento de voz, adaptações para cadeiras de rodas, além de contar com intérpretes de Libras. Esta sala atende a uma das propostas incluídas no Projeto Arquitetônico da instituição.

Para Santos (2005), a educação inclusiva deve oferecer uma organização pedagógica, arquitetônica, física e administrativa, para garantir os mesmos direitos, a mesma liberdade que aos demais, e evitar a exclusão, que ocorre pela falta de espaços adaptados, de professores com cultura de aceitação e tentativa em restringir espaços para as pessoas com necessidades especiais educacionais.

Para a ULBRA-Manaus/AM, é somente através da articulação, orientações e palestras motivacionais que poderemos contribuir para a mudança de comportamento e atitude de pessoas que fecham os olhos à realidade das pessoas que carecem de uma educação pautada no viés da inclusão. As pessoas esquecem que esta realidade pode vir a acontecer com qualquer um de nós. Portanto, precisamos ser capazes de nos colocarmos

no “lugar do outro”, daqueles que os direitos a uma vida saudável e sem stress, são violados, ou, quando menos, são tratados como “diferentes”.

É desgastante para a pessoa com limitações ou mobilidade reduzida, não poder viver com dignidade, principalmente quando precisa circular pelos espaços públicos, e deparar com a falta de acessibilidade em determinados lugares, bem como em espaços com a sinalização universal da pessoa com deficiência, já ocupado por outro que se considera “normal”. Isso retrata o desfecho de indignação e falta de respeito. Seguindo essa linha de raciocínio, as pessoas devem partilhar dos mesmos interesses, e mobilizar “todos” para lutar por igualdade e defesa dos direitos a serem reservados à pessoa com deficiência. Em decorrência disso, segundo o Diretor administrativo da instituição, a ULBRA-Manaus/AM oferece diversas ações que disseminam conceitos e práticas de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior, caracterizando em compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva.

O Diretor Acadêmico da ULBRA-Manaus/AM ressaltou que,

por mais que vivenciamos momentos de muitas conquistas e mudanças no campo da inclusão, devemos permanecer atentos à garantia desses direitos, tendo como ferramenta a legislação vigente. Conhecer os documentos norteadores de nossa prática pedagógica, além de importante é fundamental para o exercício da profissão, bem como é necessário estarmos atentos ao fato de que todos nós, fazemos parte dos movimentos da inclusão e do acesso. É notório que nossas ações condizem com o que acreditamos e a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior só pode acontecer quando acreditarmos e garantirmos esse direito de fato.

Fazendo elo à fala acima, podemos dizer que a educação inclusiva exige dos gestores, em especial dos educadores, que tenham consciência de seu papel mediador e problematizador, pois precisam dominar conteúdos com referências consistentes, que sejam capazes de construir um olhar transdisciplinar, utilizando tecnologias de comunicação e informação (TICs) e que assumam a excelência do trabalho pedagógico numa perspectiva de participação e construção de um mundo novo. Para isso, é claro, devem incansavelmente munir-se de conhecimento e aperfeiçoamento contínuo, a revisão crítica do seu aporte teórico, a adoção de novos paradigmas facilitadores de uma prática pedagógica significativa e transformadora e que atendam os desafios da inclusão. Nesse viés, o Diretor Administrativo da ULBRA-Manaus/AM argumentou que:

Os professores da rede educacional, seja pública ou particular, devem estarem munidos de saberes e acima de tudo, comprometidos com a educação e educação com qualidade, que expresse no seu potencial o prazer na função que executa como educador, sempre na perspectiva de um novo mundo ou um mundo melhor, não só para demanda atual mas que possamos alcançar a geração futura.

Analisando a posição acima, inferimos que é indiscutível a importância da troca e de experiências (ou de saberes) com intuito de propiciar uma educação que caminhe para possibilitar a formação cidadã dos estudantes, e ainda a garantia de mundo mais equilibrado socialmente, onde todos possam participar dos direitos e deveres, sem exceção nem aceitação de pessoas. Isso é, inclusive, identificado no discurso de Silva (2013, p. 72), quando argumenta sobre o trabalho docente pautado no diálogo e nas observações peculiares de cada pessoa com deficiência. O autor assevera que nessa pedagogia ocorre o

[...] enriquecimento pelos conhecimentos adquiridos nas trocas de ideias favoráveis na realização do trabalho [que] nos possibilitou também ampliar a visão de como realmente acontece a inclusão, [sendo] gratificante perceber que embora ainda exista o preconceito e o medo de trabalhar com o diferente [...] estes demonstram a preocupação em buscar novos métodos de como trabalhar as deficiências. Isso demonstra mudanças nos comportamentos sociais [...] na conquista de uma educação de direito e qualidade.

Nesse sentido, os docentes precisam reinventar suas velhas práticas, buscando se qualificar para estarem melhor preparados, assim terão a possibilidade de atender as necessidade dos alunos com deficiência no cunho educacional escolar. A função pedagógica voltada para esses discentes é tecida na relação professor-aluno através do diálogo franco e transparente, alimentada pela pedagogia da presença libertadora, fortalecida pelo exercício da autocrítica e nutrida pelo respeito mútuo, segundo a via do coração e do amor, geradora da vivência do espírito de família. Seguindo essa linha de raciocínio, o Diretor Acadêmico da ULBRA-Manaus/AM acrescentou que:

[...] a função pedagógica na educação inclusiva é concebida como processo de interlocução das pessoas com o mundo, na qual educar passa a ser um desafio e ferramenta fundamental na relação educação e movimento. É claro,

quem ensina, aprende ao ensinar, quem aprende, ensina ao aprender. O professor e discente tornam-se cúmplices na grande e desafiadora aventura de viver e aprender, reinventando a cada dia a alegria e o prazer de aprender/ensinar, de conhecer/recrutar o mundo e a si mesmos como construtores de um mundo diferente.

A fala acima permite-nos inferir sobre a importância da interatividade entre professor/aluno, onde o conhecimento possa ser desenvolvido de forma horizontal, onde ambos tenham a possibilidade de aprender um com o outro. Para isso, faz-se importante a elaboração de um planejamento que contemple a alteridade, a comunicação, a solidariedade, o conhecimento do cotidiano da pessoa com deficiência visando identificar suas principais carências, promovendo o respeito e a convivência com estas pessoas, auxiliando-os no desenvolvimento de suas potencialidades intelectuais e humanas.

3.2. O Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social em EaD da ULBRA-Manaus/AM

O curso de graduação em Serviço Social em EaD da ULBRA-Manaus/AM reúne atividades e avaliações à distância, com alguns encontros presenciais. Através da plataforma NetAula, que é o ambiente virtual de aprendizagem utilizado pelo curso - são realizadas as múltiplas práticas nas salas virtuais de cada disciplina, com os conteúdos, material de apoio, fóruns e avaliações disponibilizados pelo professor. O discente também interage através dos fóruns e e-mails com os colegas e com o Tutor Virtual da disciplina, que o auxilia nas questões relativas a prazos, exercícios e materiais didáticos.

A ULBRA-Manaus/AM aderiu ao Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social em EaD, pautado numa concepção que articula a missão de:

“gerar conhecimentos técnico-científicos com a formação de profissionais comprometidos eticamente com a sociedade. Seu alcance embasa as ações previstas para a modalidade de Educação a Distância (EaD), condizentes com as diretrizes que regem a educação nacional, expressas no texto constitucional e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (Lei nº 9.394/96)

(PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL EM EaD DA ULBRA-MANAUS/AM, p. 12).

De acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social em EaD da ULBRA-Manaus/AM, a Educação a Distância (EaD) possui um formato:

“inovador, projetado a possibilitar o acesso de muitas pessoas, considerando que o aluno organiza o seu tempo de estudo, o que favorece uma abrangência e oportunidade maiores. Desenvolve a autonomia e o empreendedorismo em um tempo em que a qualificação profissional é uma necessidade do mercado de trabalho. Além disso, desenvolve uma série de ações e atividades de Extensão possibilitando melhorias, tanto na formação de alunos e professores, quanto na vida em comunidade. Juntamente com o Ensino e com a Pesquisa, a Extensão compõe a identidade da EaD da instituição. São cursos, eventos extracurriculares, projetos comunitários e muitas outras iniciativas que tornam completa a experiência de estudar no pólo amazonense”(p. 15).

É no contexto da EaD que estudam os participantes discentes desta investigação. O Núcleo de Apoio ao Discente (NADi) da ULBRA-Manaus/AM realiza suporte às necessidades desses alunos, visando a melhoria da aprendizagem e a busca da boa qualidade educacional. De acordo com o Diretor Acadêmico da instituição,

a NADi atua no atendimento psicopedagógico, psicológico, pastoral e de acessibilidade diante da complexidade inerente à vida acadêmica, favorecendo à esse público uma adequada adaptação ao ambiente universitário, maior envolvimento institucional para minimizar as dificuldades de aprendizagem e a evasão nos cursos.

O Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social em EaD da ULBRA-Manaus/AM, prevê a organização metodológica e didática das disciplinas para serem trabalhadas do seguinte modo:

1) Plano de Ensino e Aprendizagem: planejamento completo da proposta de trabalho a ser desenvolvido na disciplina, tais como: ementa da disciplina, objetivos gerais e específicos, competências e habilidades, programa, cronograma de atividades, processo metodológico, processo de avaliação, bibliografia básica e complementar, leituras e sites recomendados e textos fundamentais;

2) Sala de Integração: ambiente virtual de interlocução e postagens entre os professores da disciplina e os tutores;

3) Fórum de Integração: espaço para participação e apresentação do aluno em interação com o tutor virtual da disciplina e demais colegas, bem como socialização de experiências acadêmicas e profissionais;

4) Fóruns de dúvidas e de conteúdos: espaços destinados à interlocução frequente entre o professor, o tutor virtual e os alunos, os quais orientam os estudos propostos na disciplina através de debates, reflexões e atividades, bem como solucionam dúvidas sobre a disciplina e onde são fornecidas orientações pelos professores para que os alunos possam atender à proposta de trabalho no que se refere às postagens solicitadas/planejadas;

5) E-mails, avisos e murais: ferramentas destinadas às comunicações entre professores, tutores virtuais e alunos;

6) Biblioteca Virtual: espaço destinado à disponibilização de materiais essenciais ao desenvolvimento da disciplina, bem como de subsídio complementar para qualificação do processo de ensino e aprendizagem.

7) Encontros presenciais: encontro entre orientador presencial e alunos para orientação de estudos sobre a proposta de trabalho planejada pelo professor da disciplina, esclarecimentos sobre a metodologia EAD, utilização do ambiente virtual de aprendizagem, interação com colegas, participação em grupos de estudos e atividades de extensão.

8) Leituras: as leituras indicadas devem ser cumpridas no período em que ocorre a disciplina, conforme o cronograma de atividades. Além dos textos disponíveis na Bibliografia Básica, o aluno tem acesso às leituras complementares disponibilizadas na Biblioteca Virtual, a fim de aprofundar seus estudos interativamente com o grupo.

9) Reflexões e discussões: após as leituras, espera-se que os alunos identifiquem os conceitos-chave, ideias e questões. Esses itens formam a base para a discussão *online* nos fóruns de conteúdos. Os discentes podem ampliar as questões que estão sendo discutidas e também sugerir leituras complementares.

10) Exercícios teóricos e práticos: planejados para complementar, ampliar e organizar a aprendizagem. São disponibilizados ao longo do módulo e podem ser individuais ou em grupo, conforme a orientação determinada pelo tutor virtual da disciplina.

11) Análise de textos: crônicas, reportagens de jornais e revistas, contos, letras de músicas, entre outros - que devem ser explorados criticamente.

12) Pesquisa de campo: é disponibilizada, conforme a especificidade de cada disciplina, tarefas que envolvam investigação *in lócus*, ou seja, inserção em determinados campos investigativos, onde o aluno deve produzir dados referentes a determinados conteúdos teóricos estudados.

13) Pesquisas teóricas: são disponibilizadas, conforme a especificidade de cada disciplina e demandas que envolvam pesquisas bibliográficas. A apresentação deve obedecer à metodologia científica (normas da ABNT).

14) Videocine: o professor da disciplina pode fazer indicação de filmes, documentários ou pequenos filmes e disponibilizá-los na Biblioteca Virtual com o intuito de análise ou problematização dos conteúdos trabalhados. Os diferentes materiais, atividades e recursos didáticos poderão ser utilizados como subsídio para atividades avaliativas, de acordo com as orientações do professor da disciplina.

Quanto aos métodos de avaliação da EaD ULBRA-Manaus/AM, de acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social em EaD da ULBRA-Manaus/AM - estes se configuram da seguinte maneira:

a) (G1V) - totalmente respondida através da plataforma NetAula, a partir da seguinte composição: a primeira parte da avaliação corresponde a 60% do valor total do grau (G1V), através de atividades de caráter discursivo, postadas na ferramenta avaliação. Esta avaliação, resguardando as especificidades de cada disciplina, terá nota máxima de 6,0 (seis) pontos distribuídos em, no mínimo, 2 (duas) questões discursivas, que devem ser postadas em tarefas distintas. A primeira atividade possui prazo de término até a quinta semana de aula e a última prazo de término até a nona semana de aula. O prazo de correção e atualização no sistema ensino é de 7 (sete) dias após o encerramento da atividade. A segunda parte da avaliação corresponde a 40% do valor total do grau (G1V), através de atividades em caráter objetivo, com no mínimo 10 (dez) questões postadas na ferramenta avaliação, com autocorreção pelo sistema da plataforma, abrangendo todo o conteúdo. O valor dessa avaliação é 4,0 (quatro) pontos.

b) Grau 2 Virtual (G2V) – é composta por duas avaliações, nos seguintes moldes: uma na plataforma NetAula, com o valor de 20% do grau (G2V). Esta avaliação é, preferencialmente, de caráter objetivo, postada na ferramenta avaliação, com valor de 10 (dez) pontos, peso 2 (dois). A outra avaliação trata-se de uma prova presencial objetiva, individual, sem consulta e corresponde a 80% do grau (G2V), possuindo valor de 10,0 pontos, e peso 8 $G2 = (G2V \times 0,2) + (G2P \times 0,8)$.

c) Grau Final (GF): resulta da média ponderada entre o G1, com peso 10 (dez), e o G2, com peso 10 (dez), multiplicado por dois com a soma dividida por 3 (três): $GF = (G1 + G2 \times 2/3)$. A avaliação da aprendizagem é expressa numericamente numa escala de 0 (zero) a 10 (dez). Tanto o Grau 2 como a Substituição de Grau são cumulativos, abrangendo toda a matéria.

d) Substituição de Grau: avaliação substitutiva de caráter objetivo, cumulativa de conteúdo, a ser realizada na forma presencial, conforme Resolução CONSUN nº 23, de 11 de junho de 2015-ULBRA/Manaus-AM, que normatiza a realização de provas de substituição de grau. O aluno com média inferior a 6,0 (seis) em um dos dois graus tem direito a realizar a avaliação de substituição de um deles, por uma vez na disciplina, com o peso do grau que está sendo substituído (Grau1 - peso 1, Grau 2 - peso 2). Terá direito a realização de substituição de grau, o aluno cuja média do período regular no semestre for superior a 0 (zero). As provas de substituição de grau no EAD são presenciais, objetivas, individuais e sem consulta e substituem o grau que mais favoreça ao aluno. Serão realizadas nas datas previstas no calendário acadêmico. Disciplinas de estágio, trabalho de conclusão de curso e similares não têm substituição de grau.

Observações: Os resultados das avaliações são comunicados eletronicamente por meio do sistema de autoatendimento, que deverá ser acessado pelo aluno, a fim de verificar suas notas. As atividades avaliativas virtuais terão seu término encerrado de acordo com o horário oficial de Brasília. A média final para aprovação é 6,0 (seis); não é concedido arredondamento de nota; a melhor estratégia para obter boas notas é estudar bastante, estar em dia com as leituras, realizar todas as atividades previstas, sejam avaliativas ou não, esclarecer as dúvidas com os professores, observar os prazos para postagem de atividades avaliativas e realização das avaliações presenciais.

Observando um dos trechos escritos da proposta pedagógica do curso de Serviço Social em EaD da instituição, podemos verificar que:

“os conteúdos trabalhados na ótica de uma educação inclusiva encontram-se baseados à realidade sociocultural dos educandos, às exigências que emergem do mundo atual e aos conhecimentos historicamente elaborados. É mais do que obrigatório apontar que, além de conteúdos cognitivos, é fundamental trabalhar os desejos, os afetos, os sonhos, os projetos que estão presentes nos corações

e nas mentes dos alunos”(PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL EM EaD DA ULBRA-MANAUS/AM, p. 12).

Fazendo análise do enunciado acima, podemos nos posicionar que os procedimentos metodológicos para atender esta proposta, devem estar fundamentados na criação de situações interativas, oportunizando o diálogo e a participação que favorecem essa linha de ação baseado na escuta, propiciando provocar uma atitude problematizadora no educando e no educador, tendo em vista a adoção de posições e atitudes face à realidade, na perspectiva da mudança e de um mundo melhor.

Consciente dessas lições e estimulados a compartilhar das experiências através da ressignificação da educação dos alunos com deficiência, a educação inclusiva caminhará numa constante busca da verdade, sempre segura de suas verdadeiras metas e objetivos a serem alcançados, propiciando um crescimento na maneira de ver, conhecer, sentir, compreender e agir. Para isso, a sensibilidade é a arma fundamental para humanização das relações com respeito entre as pessoas e os povos, tendo como fundamento uma educação para a transformação e paz, na qual o outro se apresenta como o sujeito com quem, para além das diferenças, é possível e necessário dialogar. E um diálogo fundado no espírito de respeito mútuo que permita a redescoberta das raízes da cidadania.

3.3. Entrevistas

3.3.1 Identificação dos Entrevistados (docentes e discentes)

Os participantes entrevistados da pesquisa foram selecionados a partir dos seguintes critérios:

- Que a metade deles fossem docentes da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), em Manaus-AM, atuando na Educação a Distância (EaD) e no curso de Serviço Social semi-presencial. Além disso, adotou-se o critério que fossem professores de estudantes que possuíssem alguma deficiência;
- A outra metade que fossem estudantes do curso de Serviço Social semi-presencial da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), em Manaus-AM, na

modalidade EaD, e que fossem alunos que possuem alguma necessidade especial educacional.

Nesse sentido, ao todo, foram escolhidos 5 (cinco) professores e 5 (cinco) estudantes para participar da investigação.

Para os participantes docentes, iremos identificá-los com as letras DO e mais os números de 1 a 5, reconhecendo os 5 participantes. Desses docentes selecionados, três deles são do sexo feminino e dois do masculino. Todos disseram possuir experiência em EaD, o que contribuiu para um olhar mais abrangente das ações educacionais implementadas no curso de Serviço Social semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM.

A participante DO1 é do sexo feminino e possui 45 anos de idade. Ela é graduada em Serviço Social e Especialista em Docência no Ensino Superior e possui experiência de 10 anos no ensino superior.

A participante DO2 é do sexo feminino e possui 38 anos de idade. Ela é graduada em Serviço Social e Especialista em Educação Especial e Inclusiva e possui experiência de 5 anos no ensino superior.

A participante DO3 é do sexo feminino e possui 42 anos de idade. Ela é graduada em Serviço Social e Especialista em Educação e Novas Tecnologias e possui experiência de 7 anos no ensino superior.

O participante DO4 é do sexo masculino e possui 35 anos de idade. Ele é graduado em Pedagogia e Especialista em Metodologia do Ensino Superior e possui experiência de dois anos em cursos de graduação.

O participante DO5 é do sexo masculino e possui 56 anos de idade. Ele é graduado em Serviço Social e Especialista em Mídias, Tecnologias e Educação e possui experiência de 20 anos em cursos de graduação.

Para os entrevistados discentes com deficiência, iremos identificá-los com as letras DI e mais os números de 1 a 5, visando reconhecer também os 5 participantes. Dos discentes selecionados, todos são estudantes do curso de Serviço Social semi-presencial e, segundo eles, foi a primeira vez que os mesmos tiveram essa experiência com a modalidade de ensino em Educação a Distância (EaD). Desses discentes, três deles são do sexo masculino e dois do feminino.

O participante DI1 é do sexo masculino e possui 30 anos de idade. Ele concluiu o ensino médio e é deficiente paraplégico.

O participante DI2 é do sexo masculino e possui 33 anos de idade. Ele concluiu o ensino médio e sua deficiência é a baixa visão.

O participante DI3 é do sexo masculino e possui 40 anos de idade. Sua última formação acadêmica foi o ensino médio e é deficiente devido uma lesão medular.

A participante DI4 é do sexo feminino e sua idade é de 36 anos. Sua última formação acadêmica foi o ensino médio e sua deficiência é a baixa visão.

A participante DI5 é do sexo feminino e possui idade de 39 anos. Ela conseguiu concluir o ensino médio e é deficiente paraplégica.

No dia em que agendamos entrevistar o participante DI3, antes de iniciarmos a aplicação do guião de entrevista, este aluno observou que:

São notórias as inúmeras dificuldades sociais e econômicas enfrentadas por nós, alunos. Sendo que as barreiras, principalmente físicas, encontradas por nós, que possuímos deficiência, estão presentes, muitas vezes, em nossas próprias residências e seguem para áreas públicas e ambientes de trabalho, pois não somos compreendidos como pessoas iguais.

No enunciado pelo discente 3, verificamos que os participantes DI da pesquisa - são discentes com necessidades financeiras e, muitas vezes, incompreendidos socialmente, o que dificulta o reconhecimento de suas identidades enquanto sujeitos que atuam no mundo.

3.3.2 Resultado das entrevistas

A) O processo de ensino/aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais educacionais do curso de Serviço Social na modalidade em EaD semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM

Hargreaves (1988) observa que a evolução científica e tecnológica vem proporcionando despertamento por parte de pesquisadores, educadores e instituições educacionais – sobre critérios necessários à adoção de paradigmas de ensino que possibilitem o atendimento às profundas modificações que a sociedade vivencia constantemente. Considerando isso, é indubitável que a perspectiva de diversificar os espaços educacionais revela um aprendizado sem fronteiras. Com intuito de satisfazer as

necessidades individuais e sociais, a educação formal atual e do futuro com ênfase à EaD, requer uma reconceitualização e radicalização referente às metodologias de ensino, dos currículos e dos padrões de organização do trabalho dos seus professores. Corroborando com o pensamento de Hargreaves (1998), a participante DO2 da pesquisa, comentou que:

O ensino e aprendizagem em EaD para se tornarem de fatos significativos devem passar por um processo de planejamento, onde professor e alunos tenham a oportunidade de aprenderem juntos e de dialogarem sobre os mais diferentes tipos de assuntos, em especial, sobre os conteúdos referentes ao curso envolvido. Nesse sentido, o planejamento do curso em EaD requer uma discussão coletiva sobre os interesses individuais para poder se pensar em metodologias e conteúdos que atendam uma formação que culmine em apropriação dos conhecimentos necessários à futura atuação profissional de quem de direito.

Através da fala acima enunciada, podemos identificar que o participante DO2 traz como instrumento indispensável e de relevância imensurável – o planejamento do curso em EaD. Ele ainda observa que, tal planejamento poderá abarcar os conteúdos necessários aos processos formativos da profissão, além de proporcionar interesses particulares face à realidade e anseios de cada estudante.

Num trecho da proposta pedagógica do curso semi-presencial de Serviço Social em EaD, notificamos o seguinte: “Demonstrar o resultado da efetivação das atividades pedagógicas com relevância na prática curricular, para facilitar o progresso acadêmico de alunos com necessidades educacionais especiais, é o objetivo deste texto” (PPSS, 2013, p. 4). Partindo desse ponto de vista, Mendonça (2016, p. 25) considera que:

Neste contexto, a educação a distância funciona hoje como um grande catalizador, idealizador e multiplicador de conhecimento, onde pessoas que não tem condições de acessar informações em ambientes físicos conseguem de maneira simples, rápida e dinâmica consumir conteúdos cada vez mais personalizados e eficientes por intermédio da educação a distância a partir de uma plataforma e-learning.

Para o participante DI4, sobre a relação da EaD com a inclusão, ele argumentou que em referência à pessoa com deficiência,

a sociedade está superando ainda que lentamente, o preconceito, de forma a possibilitar a acessibilidade e inclusão de fato e de direito. Estes são protagonistas de suas vidas e é claro quando não há quem interromper. É mais do que justo ter a garantia do direito de ir e vir, de trabalhar, de estudar,

ocupar cargos políticos, entre outros. Temos visto a EaD aqui na ULBRA - como chave para a inclusão do cidadão, quer seja deficiente ou não.

Sobre o ponto de vista do DI4, Hickel (2011, p. 17) toma nota sobre a potencialidade que a EaD pode promover na vida de muitos estudantes, em especial, de pessoas deficientes, com proposta de inclusão social e educacional. Para a autora, a modalidade de ensino da Educação a Distância,

[...] tantas vezes discriminada, é, de fato, uma potente ferramenta para a promoção da inclusão social, da inclusão digital, da inclusão de pessoas com deficiência, de pessoas enfermas e hospitalizadas, de pessoas pertencentes a minorias discriminadas (índios, mulheres, negros, idosos...), enfim, de todos os tipos de inclusão, o que é um grande desafio da área da educação e da sociedade como um todo.

Como podemos observar na fala de Hickel (2011), a EaD transcende as propostas da formalização do ensino, pois promove uma diversidade de fatores referentes à múltiplos cenários de inclusão – permitindo um avanço significativo nos índices educacionais e nas melhorias sociais de diversos grupos.

No contexto da ULBRA-Manaus/AM, foi perguntado aos participantes da pesquisa: Como se constitui o processo de ensino na modalidade EaD no curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM? – Segundo os participantes docentes, a Ead surgiu para incluir e “*melhorar a aprendizagem discente, aprimorar as aulas, auxiliar na didática do professor e facilitar a explicação dos conteúdos*” (DO1). Isso identificamos quando eles narraram que:

Os recursos tecnológicos utilizados na plataforma em EaD são itens que servem para melhorar a aprendizagem dos alunos, além de auxiliarem em outras aprendizagens significativas, como por exemplo, no acesso a diversos itens da informática (PARTICIPANTE DO1).

A EaD dos alunos da ULBRA, principalmente do nosso curso de Serviço Social, garante o aprimoramento das aulas, onde o professor utiliza diversas metodologias de ensino no processo de ensino-aprendizagem (PARTICIPANTE DO2).

Entendo que além da EaD garantir a aprendizagem do aluno, ela promove uma didática rica e diversa para o professor, de modo a dinamizar as estratégias de ensino (PARTICIPANTE DO3).

O ensino em EaD do curso de Serviço Social oferece ferramentas que podem ser utilizadas para enriquecer a explicação dos conteúdos e ilustrá-los de formas diferenciadas (PARTICIPANTE DO4).

O curso de Serviço Social em EaD da ULBRA favorece um amplo cenário de possibilidades de aprendizagens significativas. Desde o uso dos fóruns, as práticas das atividades, das leituras, das devolutas entre discente e docente. Tudo isso enriquece a maneira de ensinar e aprender, ainda mais, utilizando a internet como base para esse fim – o que ainda promove inclusão digital (PARTICIPANTE DO5).

As falas acima citadas enunciam a identificação de que a EaD contribui significativamente na promoção de saberes e apropriação de diversos conhecimentos, onde professor e alunos aprendem juntos. Isso nos permite destacar que os diversos recursos didáticos e práticas de ensino utilizados na plataforma EaD se tornam “[...] ferramentas importantes que permitem ao professor promover a interação entre os conteúdos trabalhados em sala e as outras formas de conhecimentos que podem ser estendidas, além do espaço de sala de aula” (OLIVEIRA, 2013, p. 78). Ainda nesse sentido, a proposta pedagógica do curso semi-presencial de Serviço Social em EaD, destaca o seguinte:

ao assumir o compromisso político-social de transformar os sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos, a EaD torna-se uma oportunidade de desenvolver ações que respeitem as diferenças de qualquer natureza, reformulando a estrutura educacional para que, em seus contornos, haja a convivência comum entre pessoas de natureza tão distintas, e que essa reorganização se pautar na democratização do conhecimento historicamente construído (PPSS, 2013, p. 19).

Ainda referente à primeira questão do guião de entrevista, os participantes discentes da investigação também concordam com o modo de pensar dos docentes. Eles observaram que o ensino/aprendizagem em EaD pode favorecer contribuições imprescindíveis às competências da apropriação dos diversos conteúdos dos componentes curriculares do curso semi-presencial de Serviço Social. Para eles,

O ensino e aprendizagem em EaD facilita o entendimento e melhora a didática e, com isso, o fortalecimento de conhecimentos, pois muitos processos são trabalhados dinamicamente na plataforma Moodle (PARTICIPANTE DI1).

O ensino diferenciado proporciona que os conteúdos podem ser trabalhados através da internet, possibilitando uma participação ativa da gente. Também promove diálogo coletivo entre nós e os docentes. Além disso, o processo ensino e aprendizagem para nós, estudantes deficientes, foi algo que nos permitiu inclusão social e digital e melhores condições de aprendizagens e conscientização sobre diversos assuntos relacionados às práticas do assistente social (PARTICIPANTE DI2).

Os recursos midiáticos utilizados para o ensino e aprendizagem em EaD ajudam, nós, alunos a entender muitos processos sobre a atuação do Assistente Social, o que não seria tão claro em aulas convencionais. A EaD proporciona o uso de imagem, vídeos, Evobooks, realidade aumentada... Tudo isso deixa mais interessante e mais fácil a aprendizagem (PARTICIPANTE DI3).

O processo de ensino e aprendizagem disponibilizado no curso de Serviço Social da ULBRA promove a utilização de diversos recursos didáticos que têm o objetivo de tornar a aula mais dinâmica e atrativa ao aluno, mostrar com detalhes o conteúdo explorado na aula (PARTICIPANTE DI4).

O ensino e aprendizagem em EaD pode contribuir à medida em que a Educação a Distância facilita a prática docente e discente e também traz uma dinâmica sobre as estratégias de estudo, enriquecendo os conteúdos. É nesse caminho que se constitui o ensino aqui na ULBRA (PARTICIPANTE DI5).

Nessa direção, os depoimentos dos participantes acima listados corroboram no sentido que o ensino e aprendizagem do curso semi-presencial de Serviço Social em EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus/AM, além de possibilitar uma didática atrativa, proporciona o acesso às plataformas digitais, incluindo o aluno deficiente nos conhecimentos da informática, resultando em aprendizagens de fato significativas. Os diversos recursos metodológicos destacados pelos discentes, em especial, àqueles referentes às tecnologias digitais nos permite inferir que:

Para a aplicação dessas tecnologias [...] implica conhecer as potencialidades desses recursos em relação ao ensino das diferentes disciplinas do currículo, bem como - promover a aprendizagem de competências, procedimentos e atitudes por parte dos alunos (ZIPPIN, 2009, p. 23).

B) Considerações quanto à eficiência do curso de Serviço Social na modalidade em EaD semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM no que se refere ao processo ensino/aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais educacionais

Adicionalmente, foi perguntado aos participantes da pesquisa: Você considera que a modalidade EaD é eficiente para o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso semi-presencial de Serviço Social? – Desta feita, tanto os docentes quanto os discentes destacaram que, com a utilização de recursos tecnológicos disponíveis no curso semi-presencial de Serviço Social em EaD, eles conseguem dinamizar suas aulas, dando

uma maior motivação às práticas pedagógicas. Disseram ainda que esses recursos facilitam na hora da explicação dos diversos conteúdos e que promovem aulas inovadoras.

Sim, pois a disponibilidade encontrada nos recursos digitais tecnológicos contribuem para que as aulas se tornem atrativas, inovadoras e assim sendo, estas aulas são mais significativas (PARTICIPANTE DO1).

Com certeza, pois os recursos tecnológicos encontrados no ambiente virtual de aprendizagem promove uma educação de boa qualidade e nos ajudam a proporcionar aulas prazerosas, além de oferecer dinamismo e inovação às aulas (PARTICIPANTE DO2).

Sim. Antes de eu conhecer os ambientes virtuais de aprendizagem, eu pensava que os mesmos não eram suficientes. A partir do momento que tive oportunidade de me debruçar sobre esse conhecimento, percebi o quanto é rico a dinamização quanto ao uso dos recursos tecnológicos e o quanto eles podem promover aprendizagens significativas (PARTICIPANTE DO3).

Com os recursos tecnológicos disponíveis no Curso de Serviço Social em EaD, a aula já se torna dinâmica por si só, juntando isso o incentivo aos alunos em participarem de forma dinâmica da aula (PARTICIPANTE DO4).

Com uso de animações, cenários diversos, entrevistas com outros especialistas, ilustrações, esquemas, modelos/estruturas tridimensionais, entre outros, os recursos disponíveis na plataforma Moodle do curso somente vem facilitar o processo ensino e aprendizagem para os discentes (PARTICIPANTE DO5).

Sim, pois os recursos tecnológicos digitais e também as aulas presenciais são dialogadas e nos permitem a cada dia desenvolver nossos conhecimentos sobre os conteúdos do curso (PARTICIPANTE DI1).

Aulas dinâmicas, inovadoras, com exemplos mais simples e didáticos do conteúdo abordado – é isso que eu posso dizer sobre o curso em EaD de Serviço Social (PARTICIPANTE DI2).

Busco utilizar o máximo de recursos disponíveis no nosso curso e isso, com certeza, facilita a minha aprendizagem (PARTICIPANTE DI3).

Com certeza. A cada aula e a cada momento que interajo com o ambiente virtual percebo o quanto este curso promove conhecimentos (PARTICIPANTE DI5).

Portanto, como podemos observar, esse dinamismo que facilita o processo ensino/aprendizagem dos estudantes deficientes do curso semi-presencial de Serviço Social em EaD, se dá fortemente, devido à utilização de uma diversidade de recursos tecnológicos disponíveis na plataforma Moodle. É possível identificar alegria, entusiasmo, motivação e participação ativa entre professores e alunos quando tecem as narrativas sobre o curso. Portanto, o curso supramencionado corrobora com o pensamento de Mugnol (2009, p. 63), quando indaga que: “Os avanços tecnológicos em EaD tornaram

mais visíveis as possibilidades de desenvolvimento de outras atividades de ensino e aprendizagem, o que favoreceu enormemente a criação de novas metodologias”.

Ademais, os participantes da pesquisa, tanto os docentes quanto os discentes, apontaram que a utilização de recursos tecnológicos e midiáticos disponíveis no curso semi-presencial de Serviço Social em EaD, promovido pela ULBRA-Manaus/AM – é fonte que inspira e fortalece todo o desempenho do processo ensino/aprendizagem nas aulas. Para eles, tais recursos são identificados como pontos fortes para a implementação e execução do fazer pedagógico docente e da aprendizagem significativa dos discentes deficientes, gerando dinamização e inovação no modo diferenciado de fazer educação.

A utilização dos recursos tecnológicos promove um detalhamento no conteúdo que é possível apresentar para o entendimento dos alunos. Isso promove a dinamização nas aulas e a compreensão (PARTICIPANTE DO3).

O uso dos recursos midiáticos no curso de Serviço Social da ULBRA que ocorre em EaD, propiciam facilitar o entendimento dos alunos. Esse é o ponto principal (PARTICIPANTE DO4).

Os recursos a nós disponibilizados promovem um conhecimento diferenciado. As aulas podem ser consideradas diferenciadas e únicas aqui na ULBRA (PARTICIPANTE DI1).

A utilização de recursos tecnológicos inovadores promovem aulas dinâmicas, inovadoras, com exemplos mais simples e didáticos do conteúdo abordado. Os fóruns, o diálogo online construído entre nós, alunos, e nossos professores – tudo isso facilita a nossa aprendizagem (PARTICIPANTE DI2).

Os recursos chamam mais nossa atenção e facilitam nosso entendimento sobre os assuntos trabalhados e isso torna a modalidade de EaD eficiente (PARTICIPANTE DI3).

É notório afirmar que as falas dos participantes até aqui sustentam a ideia de que os recursos tecnológicos presentes no curso semi-presencial de Serviço Social em EaD da ULBRA-Manaus/AM fortalecem o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos junto aos estudantes deficientes. No entanto, chamamos a atenção para a reflexão de Lynn Alves (2012, p. 68), quando aborda que a inserção das novas tecnologias na educação deve ser vista como:

[...] um elemento para um novo pensar, e não meramente um conjunto de ferramentas e instrumentos aplicados ao ensino. Portanto, é necessário repensar o papel da escola, da prática pedagógica, gerando momentos de reflexão e discussão, mas também uma nova forma de pensar e conceber a sociedade.

Diante da exposição dos participantes da investigação, podemos identificar que o uso de recursos tecnológicos midiáticos no curso semi-presencial de Serviço Social em EaD da ULBRA-Manaus/AM - contribuem para as competências do ensinar/aprender dos conteúdos das diversas disciplinas. Consideramos então que, esses recursos tecnológicos propiciam ao processo de ensino/aprendizagem uma mudança significativa para o educando, pois o torna partícipe do processo educativo, ao mesmo tempo que impulsionam o professor a buscar novos conhecimentos e se adequar às constantes mudanças tecnológicas que a sociedade vivencia e que a escola não pode ficar indiferente. Portanto, consideramos ainda ser importante observar que, nesta perspectiva de ensino em EaD, docentes e discentes aprendem juntos – possibilitando nesse contexto o enriquecimento do conhecimento através do apoio da tecnologia.

C) As dificuldades no processo ensino/aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais educacionais do curso de Serviço Social na modalidade em EaD semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM

Em seguida, perguntamos aos participantes da pesquisa: Existem dificuldades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são? – Eles responderam o seguinte:

Talvez o maior desafio que enfrentamos é a internet. Mas esse é um problema não somente de nosso curso, mas de nossa região amazônica (PARTICIPANTE DO1).

Olha, eu não consigo perceber dificuldades no curso. Ao contrário, vejo que este curso tem desenvolvido ações que permitem ao aluno serem tratados com muito respeito e como pessoas iguais aos considerados “normais” (PARTICIPANTE DO2).

Sinceramente, não consigo verificar nenhuma dificuldade. Vejo que nosso curso é eficiente para que os alunos de fato possam aprender (PARTICIPANTE DO3).

Não vejo dificuldades, até porque foi um curso pensado nos mínimos detalhes com a finalidade de incluir a TODOS (PARTICIPANTE DO4).

Bem... Não consigo identificar nenhuma dificuldade neste curso, pois a Coordenação vem procurado trabalhar de modo que nossos estudantes

sintam-se incluídos e que tenham a oportunidade de alcançar uma formação que dê resultados positivos na atuação deles como cidadãos (PARTICIPANTE DO5).

Não consigo ver dificuldades, pois os nossos professores e tutores sempre estão disponíveis a nos ajudar (PARTICIPANTE DI1).

No processo de ensino aprendizagem não vejo nenhuma dificuldade (PARTICIPANTE DI2).

Não vejo dificuldades nem na maneira como os professores ensinam e nem na forma como a gente aprende. Acho que a metodologia do nosso curso é suficiente boa para que possamos verdadeiramente aprender (PARTICIPANTE DI3).

Olha, eu não consigo ver dificuldades neste processo de ensinar e de aprender. Talvez o que eu poderia dizer não como dificuldade, mas como algo que precisar ser melhor otimizada – é a internet (PARTICIPANTE DI4).

Acho que não, pois tudo aquilo que a gente tem dúvidas, os professores e tutores e toda estrutura desenvolvida na sala de aula presencial e na plataforma sanam qualquer possibilidade de dificuldades (PARTICIPANTE DI5).

Nas falas acima é possível identificar num tom uníssono - a ausência de dificuldades no processo ensino/aprendizagem do curso de Serviço Social da ULBRA-Manaus, na modalidade EaD. Apenas em duas falas nota-se atribuição à internet como uma possível dificuldade, no entanto os participantes DO1 e DI4 ao mencionar essa dificuldade, ao mesmo tempo relatam que esse é um desafio da região amazônica. Os demais participantes enfatizam que a conjuntura do curso formatada pela equipe profissional, o currículo e o modo de fazer a educação contribuem para sanar quaisquer dificuldades que possam surgir no decorrer dos estudos. Neste sentido, as falas dos participantes corroboram ao pensamento de Moran (2011, p. 67) quando aborda que as dificuldades enfrentadas em curso de EaD devem estar contrapostas ao oferecimento de um conjunto de:

[...] ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos acadêmicos. Questões como o planejamento e a organização dos recursos e mesmo serviços para a disposição da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais, didáticos e pedagógicos, precisam também estar à disposição nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

D) As facilidades no processo ensino/aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais educacionais do curso de Serviço Social na modalidade em EaD semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM

A próxima questão abordada junto aos participantes da pesquisa foi a seguinte: Existem facilidades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são? – Tanto os participantes docentes quanto os discentes responderam que a metodologia adotada pelo curso semi-presencial de Serviço Social em EaD da ULBRA-Manaus/AM facilita o desenvolvimento das aulas dos componentes curriculares desenvolvidos. Além disso, destacaram que propicia um tempo hábil para o planejamento, exploração de diversos recursos metodológicos que fortalecem a compreensão dos conteúdos e maior autonomia no ensino e aprendizagem.

Existem sim, pois a metodologia adotada pelo curso facilita o desenvolvimento das aulas cotidianamente, tanto as presenciais quanto as atividades desenvolvidas na plataforma. Portanto, o nosso curso propicia a compreensão dos conteúdos e permite maior autonomia tanto no ensino quanto na aprendizagem dos alunos (PARTICIPANTE DO 1).

A maior facilidade, na minha opinião, é que temos um tempo hábil para preparar as aulas, propiciando um planejamento rico e dinâmico. Além disso, o curso de Serviço Social oferecido para os estudantes deficientes e não deficientes – propicia explorar muitos recursos tecnológicos digitais, contribuindo para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos não somente aos assuntos dos conteúdos dos componentes curriculares, mas também conduzindo o aluno ao acesso às plataformas digitais (PARTICIPANTE DO2).

Facilidade quanto ao conteúdo que podemos explorar de diversas formas metodológicas para ensinar nossos alunos. Podemos planejar uma aula e ministrar no tempo previsto e ainda ajudá-los de forma dinâmica, devido o uso da plataforma de EaD (PARTICIPANTE DO3).

Vejo que os recursos tecnológicos facilitam e fortalecem a aprendizagem de nossos alunos. E mais: eles conseguiram avançar nos conhecimentos e ainda tiveram a oportunidade de acesso aos mais modernos recursos digitais (PARTICIPANTE DO4).

Dado a priorização do planejamento, incentivo à pesquisa e autonomia para a produção de conteúdos midiáticos, isso tudo facilita o processo de ensino no curso de Serviço Social em EaD (PARTICIPANTE DO5).

Quando estamos estudando, nos sentimos felizes, pois esse curso só veio para realmente transformar nossas vidas. Além de aprendermos de fato, ainda utilizamos vários recursos tecnológicos que até pouco tempo não conhecíamos (PARTICIPANTE DI1).

A metodologia utilizada facilita o trabalho do professor, como também facilita a nossa aprendizagem e conhecimento dos diversos assuntos explorados. É muito bom poder estudar esse curso. Antes eu achava que não era possível aprender pela internet, agora estou vendo que é muito mais produtivo do que as aulas físicas em sala de aula (PARTICIPANTE DI2).

Olha, eu vejo que os recursos tecnológicos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem nos auxiliam e fortalecem a nossa aprendizagem (PARTICIPANTE DI3).

Existem sim. Os recursos tecnológicos digitais facilitam ainda mais nossa aprendizagem, pois através deles produzimos saberes e competências necessárias para nosso conhecimento (PARTICIPANTE DI4).

Os recursos midiáticos facilitam na disponibilização correta dos recursos em geral, por exemplo: o tempo para nós desenvolvermos as atividades que nos são solicitadas e a possibilidade de se usar diversos recursos, nos ajuda na compreensão dos conteúdos e consequentemente na nossa aprendizagem (PARTICIPANTE DI5).

Podemos identificar nas falas cima a ênfase que os professores e alunos fizeram sobre o termo “recursos tecnológicos”. Isso significa que, para utilizar os recursos midiáticos disponibilizados no curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM, é preciso pensar e refletir e, posteriormente, registrar as propostas de ensino. Por outro lado, registramos ser necessário a apropriação dos conhecimentos basilares sobre a manipulação de diversos recursos tecnológicos. Isso pelo que percebemos, os alunos deficientes já conseguem desenvolver na plataforma de EaD. Desse modo, em dias atuais e com todos os avanços, “[...] existe a necessidade de adequação, de abertura para o novo, a fim de tornar as aulas mais atraentes, participativas e eficientes. A ideia não é abandonar o quadro negro, mas usar novas tecnologias em sala de aula” (OLIVEIRA, 2013, p. 81).

E) Os desafios identificados no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva dos estudantes com necessidades especiais educacionais do curso de Serviço Social na modalidade em EaD semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM

Ao revisarmos as experiências ocorridas no contexto da inclusão educacional e que foram promovidas nas últimas décadas do século 20 e no início do presente século, podemos constatar que ainda há muito a ser feito. Nessa direção, existem muitas ações

que se arvoram em iniciativas de cunho proeminentemente assistencialistas, ou mais grave, politiquerias, que criam resultados insatisfatórios e distantes de uma educação escolar verdadeiramente inclusiva. Estes procedimentos promovem um círculo vicioso, que mais atrasam do que ajudam a criar políticas de Estado, que de fato concretizem as ações de respeito e valorização das pessoas com deficiência.

Em dias atuais, presenciamos constantes manifestações racistas e discriminatórias em diversas partes do mundo. Diante disso, chegamos a triste conclusão: do quanto ainda temos que andar em busca de uma educação para convivência. A intolerância se impõe em matizes variadas, promovendo o preconceito, ou o que chamamos de racismo da alma.

Mesmo considerando este cenário pouco motivador, haja vista que, se olharmos para toda história da humanidade, verificamos que infelizmente sempre foi assim. Porém, mesmo assim, acreditamos ser possível a promoção da inclusão social das pessoas com deficiência. E, para isso, acreditamos ser o espaço de aprendizagem o local ideal para a implementação desta ação. Nessa ótica, a instituição de ensino se torna, indubitavelmente, um reflexo microssocial, pois ao olharmos com cuidado e atenção, é no palco dela onde estão representadas todas as manifestações macrossociais. Portanto, as políticas públicas de cunho educacional, além de todos os aspectos inerentes aos procedimentos filosóficos, metodológicos e pedagógicos, também devem oferecer suportes de acessibilidade e permanência do aluno com deficiência na escola.

Considerando essa reflexão sobre desafios e possibilidades de superação para uma educação verdadeiramente inclusiva, onde a instituição de ensino pode transformar-se num palco diferenciado e peculiar para garantir a efetivação das políticas de inclusão - foi que perguntamos aos nossos participantes da pesquisa a seguinte questão: Quais desafios você consegue identificar no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso de Serviço Social semi-presencial, na modalidade EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus? – Os mesmos responderam o seguinte:

“Como eu já disse anteriormente, penso que a internet é o principal desafio que enfrentamos no nosso curso, mas é um problema aqui de nossa região. No entanto, creio que mesmo tendo esse desafio, nós conseguimos realizar todas as atividades com êxito” (PARTICIPANTE DO1).

“Sinceramente, talvez o único desafio que precisamos superar são as dificuldades que enfrentamos com a internet. Creio que a ULBRA precisa trabalhar melhor essa questão” (PARTICIPANTE DO2).

“Podem acontecer imprevistos como o acesso à internet, falha no manuseio do programa que interfere a utilização dos recursos digitais. O curso em EaD de Serviço Social tem procurado desempenhar um papel de cidadania para os estudantes com deficiência. No entanto, sabemos que, precisamos escutá-los cada vez mais, para poder construirmos uma proposta de uma educação verdadeiramente inclusiva. Pois sabemos que, é a partir de suas necessidades que vamos conseguir desempenhar um projeto social de igualdade para todos” (PARTICIPANTE DO3).

“Em raras ocasiões alguns recursos não estão disponíveis, devido a problemas técnicos e a internet qualificada. Isso me refiro em relação ao curso de Serviço Social. Como se trata de um curso em EaD, posso dizer que todos os discentes são tratados por nós, professores, como pessoas iguais. É claro que ainda falta muito a se fazer, como por exemplo, incluir esses futuros profissionais no mercado de trabalho, promover um olhar pelo outro sem discriminação, com respeito ao próximo” (PARTICIPANTE DO4).

“Os alunos e nós mesmos, professores, percebemos que, no Estado do Amazonas, falta uma internet eficiente. Mas, percebo que o curso em EaD de Serviço Social, foi pensado numa ótica de inclusão social, pois ele oferece condições iguais, tanto para alunos “normais” quanto para alunos deficientes” (PARTICIPANTE DO5).

“Os pontos frágeis são a internet, como também uma melhor participação da sociedade para com nós, estudantes da ULBRA, pois percebemos que não somos ainda reconhecidos, Muitas vezes, somos tratados, como pessoas inferiores pelo fato de sermos deficientes. No entanto, isso acontece lá fora, pois aqui no curso de Serviço Social percebemos que somos tratados como pessoas iguais as que não são possuidoras de algum tipo de deficiência. Também percebo que falta ainda realização de melhor aprimoramento em questões da acessibilidade” (PARTICIPANTE DI1).

“A internet é algo importante para ser pensado. Mas, eu gosto do curso de Serviço Social que estudo. A ULBRA tem oferecido condições para que nós, pudéssemos de fato, nos sentirmos iguais aos demais alunos. Me sinto, sim, incluído aqui. Por outro lado, percebo que, embora a ULBRA possua um projeto arquitetônica de acessibilidade, ainda falta muito para que todos os estudantes deficientes consigam se locomover da forma adequada na universidade. Isso aí precisa ser melhorado” (PARTICIPANTE DI2).

“O acesso à uma internet de boa qualidade é o principal desafio enfrentado por nós. Mesmo assim, a gente consegue superar e aprender de fato” (PARTICIPANTE DI3).

“Os desafios são vários. Mas percebo que, principalmente, as pessoas ditas “normais” – precisam nos enxergar como pessoas que merecem ser tratadas com igualdade. Precisamos ser respeitados por todos na sociedade. Particularmente, o curso de Serviço Social em EaD da ULBRA tem correspondido nossas expectativas. Eu, em particular, não tenho visto algo depreciativo por parte dos nossos professores nem dos nossos colegas que não possuem deficiência. Além disso, gostaria de registrar que falta a ULBRA melhorar sobre acessibilidade para os estudantes deficientes. Ainda falta muito que se fazer nesse sentido” (PARTICIPANTE DI4).

“Acho que a sociedade em geral ainda precisa nos enxergar com muito respeito para poder nos valorizar e nos aceitar como verdadeiros cidadãos. Mas isso não é um desafio do nosso curso, pois ele consegue fazer esse diálogo, mas sim um desafio mais geral da sociedade” (PARTICIPANTE DI5).

A internet nos enunciados dos participantes da pesquisa foi alvo de crítica e que precisa ser melhorada. Salienta-se que essa conexão é um problema em todo Estado do Amazonas, inclusive, na capital, Manaus-AM. Mas, como a proposta de ensino depende do uso da internet – ela poderia ser tratada como algo prioritário pelo poder público visando garantir todos os processos que permeiam o fazer pedagógico das instituições educacionais. Isso porque ela promove:

“[...] gradativamente, um meio comum de trocas de informações, de acesso de especialista, de crianças e jovens, de formação de equipes de trabalho, de construção de relações de amizades, independente da distância geográfica. Diferente das tecnologias surgidas nos últimos anos, a internet rompe não só as barreiras geográficas, mas também de tempo e espaço, permitindo que as informações sejam em tempo real e este novo cenário social, tecnológico e cultural está cada vez mais familiar para todos” (SANTOS, 2014, p. 90).

Outros aspectos críticos citados pelos participantes da pesquisa referem-se não particularmente ao ensino do curso de Serviço Social semi-presencial em EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus/AM, mas à sociedade como toda. Eles reagem dizendo que, precisam serem vistos como pessoas iguais, com direitos iguais, justiça social – para que, de fato, as pessoas com deficiência possam sentir-se incluídas no mundo.

Ademais, notamos principalmente na fala dos discentes – críticas referentes à falta de acessibilidade para locomoção dos estudantes deficientes. Nesse sentido, inferimos que essa falta de acessibilidade tem sido um dos maiores problemas que pode gerar exclusão social às pessoas com necessidades especiais educacionais. Somente quem vive essa realidade saber narrar as dificuldades que essas pessoas enfrentam no cotidiano da vida. Embora existam os enquadramentos legislativos, a falta da concretização desse item ainda é algo muito distante. As pessoas com deficiência não precisariam gritar por garantia desse direito, se de fato o que é posto em lei fosse cumprido.

F) As superações identificadas no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva dos estudantes com necessidades especiais educacionais do curso de Serviço Social na modalidade em EaD semi-presencial da ULBRA-Manaus/AM

A última pergunta do guião de entrevista feita aos participantes foi a seguinte: O que você consegue identificar como superações no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD? – Os mesmos responderam:

“Esta questão me faz lembrar a metodologia adotada pelo curso de Serviço Social em EaD. Neste contexto, em relação à sala de aula onde ocorrem as atividades presenciais, penso que este espaço se trata de um ambiente todo equipado e preparado para recepcionar nossos estudantes do curso. Isso significa que trata-se de um ambiente que inclui na ótica educacional e que permite acessibilidade para todos os estudantes que possuem algum tipo de deficiência. No que concerne às atividades desenvolvidas pela plataforma, também considero que os recursos tecnológicos existentes dão conta de articular os processos educativos destes estudantes. Desse modo, vejo que tanto os recursos utilizados nas aulas presenciais como nas aulas virtuais colaboram para superar barreiras encontradas por muitos estudantes deficientes em outros contextos de ensino” (PARTICIPANTE DO1).

“Penso que o curso em si tem caminhado para este processo de verdadeira inclusão para seus alunos deficientes. O curso de Serviço Social congrega valores que despertam o interesse dos discentes e debate temas que respeitam a diferença, valorizando o outro como pessoa que possui características diferenciadas, porém possuidora de direitos e deveres como as demais. O curso de Serviço Social tem caminhado para este fim. Creio que as aulas, tanto presenciais quanto as demais atividades que acontecem de forma virtual, colaboram para superar as desigualdades e caminham para de fato concretizar processos verdadeiramente inclusivos” (PARTICIPANTE DO2).

“Percebo alguns avanços significativos do início do curso para o momento atual. Por exemplo, quando o curso iniciou nossos estudantes tinham dificuldades para acessar a plataforma, como também, nas aulas presenciais, eles não conseguiam desenvolver muitas das atividades, porque a sala de aula não possuía na época materiais e equipamentos que dessem conta dos processos inclusivos e que atendesse a todos os estudantes deficientes. No entanto, com o passar dos tempos isso foi se ajustando e hoje, posso dizer que nossos estudantes deficientes, através de nossas orientações e com o suporte e acompanhamento de seus tutores, além dos equipamentos atuais e das instalações propícias da sala de aula para os encontros presenciais – possuem aulas que se aproximam de suas expectativas, caminhando para processos verdadeiramente inclusivos. Nesse sentido, considero que a ULBRA tem procurado atender as deliberações prescritas nas leis, como também se preocupa com os estudantes deficientes. Assim sendo, a ULBRA tem conseguido superar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes deficientes e a cada dia avança para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva” (PARTICIPANTE DO3).

“É óbvio que é difícil não somente para o curso de Serviço Social em EaD da ULBRA, como também para qualquer instituição do país implementar processos educacionais verdadeiramente inclusivos. No entanto, tenho percebido que a Coordenação Acadêmica juntamente com os professores vem se esforçando para o atendimento das dificuldades logísticas e educacionais, visando oferecer uma formação que possa garantir satisfação aos nossos estudantes deficientes, como também que eles consigam alcançar a realização de seus sonhos, não somente nos aspectos profissionais, mas tendo consciência

que são sujeitos iguais no mundo e que devem serem tratados com muito respeito por toda sociedade” (PARTICIPANTE DO4).

“Consigo identificar esforços por parte da Coordenação Acadêmica da ULBRA que não mede esforços para procurar atender as especificidades que giram em torno de cada pessoa possuidora de deficiência no curso de Serviço Social em EaD. Inclusive, percebo que a própria metodologia do curso foi algo desafiador para atender essas questões. No entanto, hoje vejo que os alunos com deficiência são contemplados com propostas que caminham para essa educação verdadeiramente inclusiva” (PARTICIPANTE DO5).

“Olha, eu acho que muitas conquistas estão sendo feitas no nosso curso. No início tínhamos dificuldades para estudarmos, não conhecíamos direito como estudar com o ambiente virtual de aprendizagem e a sala de aula presencial era precária. Hoje temos instrumentos didáticos e recursos materiais que possibilitam que o nosso curso com ênfase na inclusão, em particular, na inclusão de deficientes, seja uma referência educacional para o Estado do Amazonas” (PARTICIPANTE DI1).

“Posso dizer que a forma como somos tratados com muito respeito é o que diferencia o curso de Serviço Social em EaD da ULBRA dos demais cursos que conheço. Somos reconhecidos e motivados a estudar, além de sermos valorizados por nossos professores e tutores. Creio que o respeito é algo fundamental para uma educação verdadeiramente inclusiva” (PARTICIPANTE DI2).

“Bem... As superações na minha opinião são as seguintes: o nosso curso conseguiu desenvolver ações que realmente facilitaram o desenvolvimento de nossas aprendizagens. Por meio dele, conseguimos realizar várias atividades utilizando os mais diversos recursos tecnológicos, através do uso da plataforma de ensino. Também percebo que nossos professores e os tutores sempre nos incentivam e nos fazem acreditar que somos pessoas iguais, com direitos iguais aos considerados “normais”. É isso que percebo como superações e que caminham para a inclusão de forma verdadeira” (PARTICIPANTE DI3).

“Não sei dizer se ocorre em nosso curso uma educação verdadeiramente inclusiva, de fato! Mas, o que posso dizer é que há um esforço inegável, tanto por parte da administração da ULBRA como pelos nossos mestres e tutores – para que nosso curso se torne diferenciado no Amazonas. Isso porque a gente vê uma diferença positiva muito grande no tratamento. Somos respeitados, e isso já é um diferencial. Além disso, nós conseguimos de fato aprender através da plataforma de ensino e nos encontros presenciais. Então o que posso dizer é que nosso curso está caminhando para processos verdadeiramente inclusivo”s (PARTICIPANTE DI4).

“Olha, o nosso curso é muito bom para nós que somos deficientes. Pois os nossos professores se preocupam conosco, nos respeitam, nos valorizam e nos incentivam para que possamos ser profissionais de sucesso. As aulas são dialogadas através da plataforma e também nos encontros presenciais, num sentido que nos possibilita alcançarmos nossos objetivos e transformarmos nossos sonhos em realidade. É claro que ainda existem muitos desafios, mas acho que o nosso curso está caminhando para essa educação verdadeiramente inclusiva” (PARTICIPANTE DI5).

À luz das narrativas dos participantes da pesquisa, podemos identificar em seus enunciados que todos apontam aspectos positivos referentes ao curso de Serviço Social em EaD da ULBRA-Manaus. Nesta lógica, tanto os docentes quanto os discentes destacam em suas falas ganhos e conquistas, tais como: a sala de aula presencial é equipada e possui recursos suficientes e de boa qualidade para atender às especificidades de cada deficiência apresentada por cada estudante dentro desta condição; a plataforma virtual de aprendizagem além de dar conta das atividades pedagógicas e de produzir conhecimentos, também oferece recursos tecnológicos capazes de formar pessoas competentes nas tecnologias digitais; o currículo estudado pelos estudantes congregam valores que respeitam a diferença, ao mesmo tempo que contribui para a formação cidadã e consciente de seus deveres e direitos; o curso tem valorizado a legislação quanto aos aspectos que deliberam ações no fazer pedagógico na ótica da educação inclusiva; a equipe profissional composta pelos administrativos, professores e tutores valorizam os sonhos de cada estudante deficiente, mostrando a importância de conseguirem alcançar o sucesso profissional, como também abordam o respeito como princípio fundamental nos relacionamentos e na valorização da pessoa.

Por outro lado, as narrativas dos participantes da pesquisa, fortalecem o pensamento que o ensino em EaD do curso de Serviço Social da ULBRA-Manaus na ótica na inclusão, possibilita atividades pedagógica com dinâmicas diferenciadas das tradicionais, aulas em espaços distintos dos convencionais, conteúdos trabalhados de forma eficaz e promissor – esses são alguns aspectos que foram considerados relevantes pelos professores e alunos participantes da investigação. Nesses moldes, a proposta do ensino conduzido “[...] apresenta-se muito mais interessante tanto para o aluno que aprende, como para o professor que ensina e sente-se motivado a pensar formas diferenciadas de trabalhar os conteúdos e atividades, tornando a aprendizagem mais significativa” (ZIPPIN, 2009, p. 67).

Dessa feita, nossa inferência se articula para que a sociedade em geral consiga olhar as pessoas com deficiência, primeiramente, como seres humanos; que todas as pessoas as respeitem e que esse respeito se inicie no seio familiar e que se amplie em todos os cenários sociais; que essas pessoas sejam vistas com igualdade; que se tornem protagonistas em todos os campos políticos e sociais; que suas militâncias possam obter respostas concretas e positivas; que todos os deficientes possam sair da marginalização social e sejam incluídos em todos os ambientes como cidadãos atuantes; que não sofram

mais quaisquer discriminações, nem violências, agressões e preconceitos pelo fato de serem deficientes; que possam conquistar seus sonhos com base num projeto emancipador de vida. Esses são alguns anseios que a pesquisa nos proporcionou refletir e destacar. Sendo assim, o paradigma inclusivo, construído a partir da garantia dos direitos básicos dos seres humanos e da luta incessante dos movimentos das pessoas com deficiência, servem de suporte para a materialização dos programas de acesso à educação inclusiva em todo mundo.

REFLEXÕES FINAIS

O estudo possibilitou uma reflexão sobre a temática da inclusão no viés da Educação a Distância (EaD), particularmente, narrando as ocorrências do curso semi-presencial de Serviço Social, onde estudam pessoas com deficiência e onde atuam professores que desenvolvem metodologias de ensino e aprendizagem, visando a garantia de uma educação para TODOS, para que não ocorra exclusão nem marginalização social.

Para consolidação da investigação, inicialmente foi realizada uma reflexão teórica sobre alguns fundamentos da inclusão, enunciando a “Diferença” com elo à contextualização da “Diversidade”, apontando as políticas públicas como eixos basilares para a garantia de uma educação verdadeiramente inclusiva e trazendo ao estudo o tema da Educação a Distância (EaD) como instrumento que favorece a inclusão escolar e social de muitas pessoas que, até pouco tempo, encontravam-se marginalizadas socialmente e educacionalmente.

Posteriormente, foi apresentada a constituição das etapas desenvolvidas na pesquisa, argumentando desde o interesse temático, o palco investigado, os participantes selecionados, os objetivos, o problema de estudo e o processo de organização metodológica. Em seguida foi estabelecido um diálogo analítico sobre o objeto de estudo, trazendo os posicionamentos dos participantes da pesquisa (docentes e discentes com necessidades especiais educacionais) com ênfase ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência em EaD do curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM e os desafios e possibilidades de superação para uma educação escolar verdadeiramente inclusiva.

Nesse contexto, a pesquisa nos permitiu inferir que, o enfrentamento entre visibilidade e invisibilidade social, encontra-se relacionado num jogo dicotômico. Em cada fase da história da humanidade, esse jogo é caracterizado, por um conjunto de práticas articuladas com fatores políticos, econômicos, educacionais e religiosos. Nesse sentido, podemos afirmar ser comum na sociedade presente, fazermos a associação referente à importância da pessoa, à sua função social; daí resulta que algumas pessoas são notadas pelo *status quo* que exercem ou solenemente ignoradas. Isto, na verdade é uma ocorrência que sempre sucedeu, e percebemos que permanecerá acontecendo, pois a condição econômica e política, infelizmente, ainda se impõe diante da condição de ser das pessoas. É nessa direção que, logo, a sociedade foi aceitando ou não as pessoas com

deficiência, dependendo de seus atributos econômicos, intelectuais, ou até sobrenaturais. É inegável que esse grupo de pessoas, já passou por tudo, para se fazer notado, incluso e valorizado.

Considerando o exposto, nossa compreensão é de que ainda falta muito na caminhada para uma educação de fato inclusiva, particularmente, quando nos referimos em termos de inclusão social da pessoa com deficiência. Hoje, a discussão, já não se encontra em torno daquilo que se deve ou não fazer, mas sim, sobre como melhorar as propostas da educação inclusiva. As leis dão garantia referente ao acesso, ao respeito e à valorização, no entanto, nosso olhar e crítica se voltam à necessidade, então, de acentuarmos esforços no enfretamento dos setores e parcelas da sociedade, que ainda insistem em dividir o mundo, entre os que têm direito e os que parecem não possuírem direito algum. Nessa direção apontamos que, em tempos presentes, ainda se perde muito quando militamos pelas garantias do cumprimento das leis. Nossa identificação é que já deveríamos estar efetivando e efetuando ações concretas de acesso à educação inclusiva, ao trabalho, ao lazer, enfim, a uma vida plena, digna, produtiva, justa e cidadã.

Ao concluirmos este estudo, não poderíamos deixar de registrar que, o curso semi-presencial de Serviço Social em EaD desenvolvido na ULBRA-Manaus/AM tem buscado esforços para contemplar uma educação equilibrada, que inclua todos os discentes, sejam ou não deficientes. Isso nos revela que essa instituição de ensino busca a conquista da visibilidade social da pessoa com deficiência, ao tratar todos como iguais e possibilitar aprendizagens significativas para todos. Nesse contexto do palco da investigação fazendo alusão ao cenário histórico da humanidade, podemos dizer que, da condição de segregação, vivida nos primeiros tempos, passando pela integração, até chegarmos ao modelo inclusivo, muito tem se caminhado, e essas trilhas percorridas foram desenvolvidas de maneira significativa, em especial, quando se envolve nessa contextualização e processos implementados, as pessoas com deficiência, agora, protagonistas de seu tempo e história.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Roberto Moreira. Educação a Distância e as Novas Tecnologias de Informação e Aprendizagem. 2008. Disponível em: <<http://www.engenheiro2001.org.br/programas/980201a1.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

ALVES, Leonice Aparecida de Fátima. Direito e Legislação Social. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2008.

BEHAR, P. A. Modelos pedagógicos para a educação a distância. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BELISÁRIO, A. Educação a distância e Internet: a virtualização do Ensino Superior. ADVIR, Rio de Janeiro, Associação de docentes da UERJ, 2001.

BELLONI, M. L. Educação a distância. São Paulo, Autores Associados, 2000.

_____. Educação a Distância. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, (Coleção Educação Contemporânea), 2001.

_____. Educação a Distância. Campinas: Autores Associados, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. Versão Comentada. Brasília: Corde, 2008.

_____. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica: Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. acesso em: 24 setembro de 2015, às 21:00h 08.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: (Lei nº 9.394/1996) que dispõe sobre a educação como igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. acesso em 4 novembro 2014, às 11:00h33

_____. Lei nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. 5ed. Brasília: MDS, 2004.

_____. Decreto nº 5.622, determina que a Educação a Distância seja adequada à atual fase em que esta se encontra no Brasil, 19 de dezembro de 2005.

_____. Decreto nº 6.301/2007. Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – Sistema e-Tec, um programa nos moldes da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.

_____. Brasília: UNESCO. Educação para todos: O compromisso de Dakar. 2001. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000017.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2015.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. Motivação nas organizações. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

BUSCAGLIA, Leo F. Os Deficientes e seus Pais. Traduzido por Raquel Mendes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Recor Nova Era, 1997.

CAMBIAGHI, S. Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. Centro de Educação. Revista Brasileira de Educação Especial. Santa Maria/RS: caderno, n. 27, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando com as pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 5ª reimpressão, 2005.

COLL, César; PALÁCIOS, J.; MARCHESI (orgs). Desenvolvimento Psicológico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CHAVES, Eduardo O. C. Tecnologia na educação, ensino a distância, e aprendizagem mediada pela tecnologia: conceituação básica. Disponível em: <<http://www.edutecnet.com.br/Textos/Self/EDTECH/EAD.htm>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

COMEL, Nelsina Elizena Damo. E.A.D: O material impresso em questão. Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p.171-181, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1371/1015>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

DUARTE, Cristiano Rose de Siqueira.; COHEN, Regina. Acessibilidade aos Espaços do Ensino Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ – Possível ou Utópico? In: NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. São Paulo: Anais NUTAU - Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade, 2004.

FRAGALE, Roberto. O Contexto Legislativo da Educação a Distância. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas: Papirus, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, Flávia Piva Almeida. O município acessível à pessoa portadora de deficiência: o direito à eliminação das barreiras arquitetônicas. São Paulo: RCS editora, 2007.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LÜDKE, Menga. Pesquisa e formação docente. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 125, maio/ago, 2005.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. In: Nova Escola, maio de 2005.

MATTAR, FauzeNajib. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução, análise. São Paulo: Atlas, 1993.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1999.

MEDEIROS, S. Escola Inclusiva: representações de professores de escolas municipais de uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Norte. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2013.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

_____. Educação a Distância: Sistemas de aprendizagem on-line. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MORAN, José Manoel. Avaliação do Ensino Superior a Distância no Brasil. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/avaliacao.htm>. Acesso em: 28 dez. 2011.

MUGNOL, Márcio. A Educação a distância no Brasil: Conceitos e Fundamentos. Rev. Diálogo Educ. [internet]. 2009 [citado maio/ago] v. 9, n. 27, p. 335-349. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=2738&dd99=pdf>

NÓVOA, A. (1992). Formação de professores e profissão docente. Em A. Nóvoa, Os professores e a sua formação (pp. 13-33). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Org.). Os professores e a sua formação. Lisboa/Portugal: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, I. A. Saberes, imaginários e representações sobre pessoas que apresentam necessidades especiais no cotidiano escolar. In: MARTINS, L. A. R. et al. (Org.). Inclusão: compartilhando saberes. Petrópolis: Vozes, 2006.

OLIVEIRA, F. Tecnologia da Informação e Comunicação: A busca de uma visão ampla e estruturada. São Paulo: Pearson, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionadas à Saúde: Décima Revisão. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, A. R. F. dos. et al. O professor e a inclusão. Educação Inclusiva. Sociedade brasileira de referência em educação inclusiva. Guarujá, 2015. Disponível em: <www.sobrei.org.br/sobrei/mostraArtigo.asp?idArtigo=253-18k>. Acesso em: 12 jul. 2015.

SANTOS, Martinha Clarete Dutra dos. Educação Inclusiva: direito inquestionável. Inclusão. Revista da Educação Especial. Brasília, v. 4, n. 2, 2008.

SANTOS, N. Espaços Virtuais de Ensino Aprendizagem. São Paulo: Infolink, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. 4ª ed. Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, M. O. E. Dados de investigação em ciências da educação e em artes visuais: testemunho para a construção da escola inclusiva. Revista Lusófona de Educação, 25, 2013.

STAINBACK & STAINBACKW. Inclusão: Uma Guia para educadores. Traduzido por Magda França Lopes. Por Alegre: Artes Médicas, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

UNESCO, (1994). Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação na área das Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca. Espanha.

WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VITALINO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Revista Brasileira Educação Especial, caderno 2007, v. 13, n. 03. Disponível em: Acesso em: 29 junho de 2015.

ZIPPIN, Mirian Paura Sabrosa. Educação Tecnológica: desafios e perspectivas. São Paulo, Ed. Cortez, 2009.

ZULIAN, M. S.; FREITAS, S. N. Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. Centro de Educação. Revista Brasileira de Educação Especial. Santa Maria, RS, caderno 2001, n. 18. Disponível em: Acesso em: 12 jul. 2015.

APÊNDICES

GUIÃO DE ENTREVISTA

Questões

Introdução: Explicação ao entrevistado sobre o que se pretende com a entrevista, deixando-o à vontade e assegurando a confidencialidade da entrevista.

0) Perfil

- a) Qual seu nome?
 - b) Sexo: Masculino () Feminino ()
 - c) Idade?
 - d) Formação académica?
 - e) Professor? () Há quanto tempo exerce a docência? _____ Aluno? ()
 - f) Possui alguma experiência em EaD? Qual?
-
- 1) Como se constitui o processo de ensino na modalidade EaD no curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM?
 - 2) Você considera que a modalidade EaD é eficiente para o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso semi-presencial de Serviço Social?
 - 3) Existem dificuldades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

4) Existem facilidades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

5) Quais desafios você consegue identificar no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus/AM?

6) O que você consegue identificar como superações no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD?

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DO1

GUIÃO DE ENTREVISTA

Questões

Introdução: Explicação ao entrevistado sobre o que se pretende com a entrevista, deixando-o à vontade e assegurando a confidencialidade da entrevista.

0) Perfil

- a) Qual seu nome? Ângela Silva Fernandes.
- b) Sexo: Masculino () Feminino (x)
- c) Idade? 45 anos
- d) Formação académica? Graduada em Serviço Social e Especialista em Docência no Ensino Superior.
- e) Professor? (x) Há quanto tempo exerce a docência? 10 anos no ensino superior
Aluno? ()
- f) Possui alguma experiência em EaD? Qual? Sim. Desde 2010 já trabalhei orientando projetos em ambientes virtuais de aprendizagem e desde então venho trabalhando como professora em cursos semi-presenciais.

1) Como se constitui o processo de ensino na modalidade EaD no curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM?

Este curso veio melhorar a aprendizagem discente, aprimorar as aulas, auxiliar na didática do professor e facilitar a explicação dos conteúdos. Os recursos tecnológicos utilizados na plataforma em EaD são itens que servem para melhorar a aprendizagem dos alunos, além de auxiliarem em outras aprendizagens significativas, como por exemplo, no acesso a diversos itens da informática.

2) Você considera que a modalidade EaD é eficiente para o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso semi-presencial de Serviço Social?

Sim, pois a disponibilidade encontrada nos recursos digitais tecnológicos contribuem para que as aulas se tornem atrativas, inovadoras e assim sendo, estas aulas são mais significativas.

3) Existem dificuldades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Talvez o maior desafio que enfrentamos é a internet. Mas esse é um problema não somente de nosso curso, mas de nossa região amazônica.

4) Existem facilidades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Existem sim, pois a metodologia adotada pelo curso facilita o desenvolvimento das aulas cotidianamente, tanto as presenciais quanto as atividades desenvolvidas na plataforma. Portanto, o nosso curso propicia a compreensão dos conteúdos e permite maior autonomia tanto no ensino quanto na aprendizagem dos alunos.

5) Quais desafios você consegue identificar no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus/AM?

Como eu já disse anteriormente, penso que a internet é o principal desafio que enfrentamos no nosso curso, mas é um problema aqui de nossa região. No entanto, creio que mesmo tendo esse desafio, nós conseguimos realizar todas as atividades com êxito.

6) O que você consegue identificar como superações no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD?

Esta questão me faz lembrar a metodologia adotada pelo curso de Serviço Social em EaD. Neste contexto, em relação à sala de aula onde ocorrem as atividades presenciais, penso que este espaço se trata de um ambiente todo equipado e preparado para receber

nossos estudantes do curso. Isso significa que trata-se de um ambiente que inclui na ótica educacional e que permite acessibilidade para todos os estudantes que possuem algum tipo de deficiência. No que concerne às atividades desenvolvidas pela plataforma, também considero que os recursos tecnológicos existentes dão conta de articular os processos educativos destes estudantes. Desse modo, vejo que tanto os recursos utilizados nas aulas presenciais como nas aulas virtuais colaboram para superar barreiras encontradas por muitos estudantes deficientes em outros contextos de ensino.

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DO2

GUIÃO DE ENTREVISTA

Questões

Introdução: Explicação ao entrevistado sobre o que se pretende com a entrevista, deixando-o à vontade e assegurando a confidencialidade da entrevista.

0) Perfil

- a) Qual seu nome? Maria de Jesus Souza Silva.
- b) Sexo: Masculino () Feminino (x)
- c) Idade? 38 anos
- d) Formação académica? Graduada em Serviço Social e Especialista em Educação Especial e Inclusiva.
- e) Professor? (x) Há quanto tempo exerce a docência? 5 anos no ensino superior
Aluno? ()
- f) Possui alguma experiência em EaD? Qual? Sim. Há dois anos venho trabalhando com turmas em EaD.

1) Como se constitui o processo de ensino na modalidade EaD no curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM?

O ensino e aprendizagem em EaD para se tornarem de fatos significativos devem passar por um processo de planeamento, onde professor e alunos tenham a oportunidade de aprenderem juntos e de dialogarem sobre os mais diferentes tipos de assuntos, em especial, sobre os conteúdos referentes ao curso envolvido. Nesse sentido, o planeamento do curso em EaD requer uma discussão coletiva sobre os interesses individuais para poder se pensar em metodologias e conteúdos que atendam uma formação que culmine em apropriação dos conhecimentos necessários à futura atuação profissional de quem de direito. A EaD dos alunos da ULBRA, principalmente do nosso curso de Serviço Social, garante o aprimoramento das aulas, onde o professor utiliza diversas metodologias de ensino no processo de ensino-aprendizagem.

2) Você considera que a modalidade EaD é eficiente para o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso semi-presencial de Serviço Social?

Com certeza, pois os recursos tecnológicos encontrados no ambiente virtual de aprendizagem promove uma educação de boa qualidade e nos ajudam a proporcionar aulas prazerosas, além de oferecer dinamismo e inovação às aulas.

3) Existem dificuldades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Olha, eu não consigo perceber dificuldades no curso. Ao contrário, vejo que este curso tem desenvolvido ações que permitem ao aluno serem tratados com muito respeito e como pessoas iguais aos considerados “normais”.

4) Existem facilidades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

A maior facilidade, na minha opinião, é que temos um tempo hábil para preparar as aulas, propiciando um planejamento rico e dinâmico. Além disso, o curso de Serviço Social oferecido para os estudantes deficientes e não deficientes – propicia explorar muitos recurso tecnológicos digitais, contribuindo para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos não somente aos assuntos dos conteúdos dos componentes curriculares, mas também conduzindo o aluno ao acesso às plataformas digitais.

5) Quais desafios você consegue identificar no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus/AM?

Sinceramente, talvez o único desafio que precisamos superar são as dificuldades que enfrentamos com a internet. Creio que a ULBRA precisa trabalhar melhor essa questão.

6) O que você consegue identificar como superações no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD?

Penso que o curso em si tem caminhado para este processo de verdadeira inclusão para seus alunos deficientes. O curso de Serviço Social congrega valores que despertam o interesse dos discentes e debate temas que respeitam a diferença, valorizando o outro como pessoa que possui características diferenciadas, porém possuidora de direitos e deveres como as demais. O curso de Serviço Social tem caminhado para este fim. Creio que as aulas, tanto presenciais quanto as demais atividades que acontecem de forma virtual, colaboram para superar as desigualdades e caminham para de fato concretizar processos verdadeiramente inclusivos.

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DO3

GUIÃO DE ENTREVISTA

Questões

Introdução: Explicação ao entrevistado sobre o que se pretende com a entrevista, deixando-o à vontade e assegurando a confidencialidade da entrevista.

0) Perfil

- a) Qual seu nome? Ana Beatriz da Silva Nogueira.
- b) Sexo: Masculino () Feminino (x)
- c) Idade? 42 anos
- d) Formação académica? Graduada em Serviço Social e Especialista em Educação e Novas Tecnologias.
- e) Professor? (x) Há quanto tempo exerce a docência? 7 anos no ensino superior
Aluno? ()
- f) Possui alguma experiência em EaD? Qual? Sim. Trabalho com EaD desde 2013.

1) Como se constitui o processo de ensino na modalidade EaD no curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM?

Entendo que além da EaD garantir a aprendizagem do aluno, ela promove uma didática rica e diversa para o professor, de modo a dinamizar as estratégias de ensino.

2) Você considera que a modalidade EaD é eficiente para o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso semi-presencial de Serviço Social?

Sim. Antes de eu conhecer os ambientes virtuais de aprendizagem, eu pensava que os mesmos não eram suficientes. A partir do momento que tive oportunidade de me debruçar sobre esse conhecimento, percebi o quanto é rico a dinamização quanto ao uso dos recursos tecnológicos e o quanto eles podem promover aprendizagens significativas. A utilização dos recursos tecnológicos promove um detalhamento no conteúdo que é

possível apresentar para o entendimento dos alunos. Isso promove a dinamização nas aulas e a compreensão.

3) Existem dificuldades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Sinceramente, não consigo verificar nenhuma dificuldade. Vejo que nosso curso é eficiente para que os alunos de fato possam aprender.

4) Existem facilidades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Facilidade quanto ao conteúdo que podemos explorar de diversas formas metodológicas para ensinar nossos alunos. Podemos planejar uma aula e ministrar no tempo previsto e ainda ajudá-los de forma dinâmica, devido o uso da plataforma de EaD.

5) Quais desafios você consegue identificar no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus/AM?

Podem acontecer imprevistos como o acesso à internet, falha no manuseio do programa que interfere a utilização dos recursos digitais. O curso em EaD de Serviço Social tem procurado desempenhar um papel de cidadania para os estudantes com deficiência. No entanto, sabemos que, precisamos escutá-los cada vez mais, para poder construirmos uma proposta de uma educação verdadeiramente inclusiva. Pois sabemos que, é a partir de suas necessidades que vamos conseguir desempenhar um projeto social de igualdade para todos.

6) O que você consegue identificar como superações no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD?

Percebo alguns avanços significativos do início do curso para o momento atual. Por exemplo, quando o curso iniciou nossos estudantes tinham dificuldades para acessar a plataforma, como também, nas aulas presenciais, eles não conseguiam desenvolver muitas das atividades, porque a sala de aula não possuía na época materiais e

equipamentos que dessem conta dos processos inclusivos e que atendesse a todos os estudantes deficientes. No entanto, com o passar dos tempos isso foi se ajustando e hoje, posso dizer que nossos estudantes deficientes, através de nossas orientações e com o suporte e acompanhamento de seus tutores, além dos equipamentos atuais e das instalações propícias da sala de aula para os encontros presenciais – possuem aulas que se aproximam de suas expectativas, caminhando para processos verdadeiramente inclusivos. Nesse sentido, considero que a ULBRA tem procurado atender as deliberações prescritas nas leis, como também se preocupa com os estudantes deficientes. Assim sendo, a ULBRA tem conseguido superar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes deficientes e a cada dia avança para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva.

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DO4

GUIÃO DE ENTREVISTA

Questões

Introdução: Explicação ao entrevistado sobre o que se pretende com a entrevista, deixando-o à vontade e assegurando a confidencialidade da entrevista.

0) Perfil

- a) Qual seu nome? Antônio Mendes de Souza.
- b) Sexo: Masculino (x) Feminino ()
- c) Idade? 35 anos
- d) Formação académica? Graduado em Pedagogia e Especialista em Metodologia do Ensino Superior.
- e) Professor? (x) Há quanto tempo exerce a docência? 2 anos no ensino superior
Aluno? ()
- f) Possui alguma experiência em EaD? Qual? Sim. Desde quando fazia Pedagogia, já tinha oportunidade de estudar em plataformas virtuais de aprendizagem. E isso se ampliou quando passei a ser professor.

1) Como se constitui o processo de ensino na modalidade EaD no curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM?

O ensino em EaD do curso de Serviço Social oferece ferramentas que podem ser utilizadas para enriquecer a explicação dos conteúdos e ilustrá-los de formas diferenciadas.

2) Você considera que a modalidade EaD é eficiente para o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso semi-presencial de Serviço Social?

Com os recursos tecnológicos disponíveis no Curso de Serviço Social em EaD, a aula já se torna dinâmica por si só, juntando isso o incentivo aos alunos em participarem de forma dinâmica da aula. O uso dos recursos midiáticos no curso de Serviço Social da ULBRA

que ocorre em EaD, propiciam facilitar o entendimento dos alunos. Esse é o ponto principal.

3) Existem dificuldades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Não vejo dificuldades, até porque foi um curso pensado nos mínimos detalhes com a finalidade de incluir a TODOS.

4) Existem facilidades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Vejo que os recursos tecnológicos facilitam e fortalecem a aprendizagem de nossos alunos. E mais: eles conseguiram avançar nos conhecimentos e ainda tiveram a oportunidade de acesso aos mais modernos recursos digitais.

5) Quais desafios você consegue identificar no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus/AM?

Em raras ocasiões alguns recursos não estão disponíveis, devido a problemas técnicos e a internet qualificada. Isso me refiro em relação ao curso de Serviço Social. Como se trata de um curso em EaD, posso dizer que todos os discentes são tratados por nós, professores, como pessoas iguais. É claro que ainda falta muito a se fazer, como por exemplo, incluir esses futuros profissionais no mercado de trabalho, promover um olhar pelo outro sem discriminação, com respeito ao próximo.

6) O que você consegue identificar como superações no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD?

É óbvio que é difícil não somente para o curso de Serviço Social em EaD da ULBRA, como também para qualquer instituição do país implementar processos educacionais verdadeiramente inclusivos. No entanto, tenho percebido que a Coordenação Acadêmica juntamente com os professores vem se esforçando para o atendimento das dificuldades logísticas e educacionais, visando oferecer uma formação que possa garantir satisfação

aos nossos estudantes deficientes, como também que eles consigam alcançar a realização de seus sonhos, não somente nos aspectos profissionais, mas tendo consciência que são sujeitos iguais no mundo e que devem ser tratados com muito respeito por toda sociedade.

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DO5

GUIÃO DE ENTREVISTA

Questões

Introdução: Explicação ao entrevistado sobre o que se pretende com a entrevista, deixando-o à vontade e assegurando a confidencialidade da entrevista.

0) Perfil

- a) Qual seu nome? Marcos Evangelista Cabral.
- b) Sexo: Masculino (x) Feminino ()
- c) Idade? 56 anos
- d) Formação académica? Graduado em Serviço Social e Especialista em Mídias, Tecnologias e Educação.
- e) Professor? (x) Há quanto tempo exerce a docência? 20 anos no ensino superior
Aluno? ()
- f) Possui alguma experiência em EaD? Qual? Sim. Trabalho com EaD há mais de 10 anos.

1) Como se constitui o processo de ensino na modalidade EaD no curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM?

O curso de Serviço Social em EaD da ULBRA favorece um amplo cenário de possibilidades de aprendizagens significativas. Desde o uso dos fóruns, as práticas das atividades, das leituras, das devolutas entre discente e docente. Tudo isso enriquece a maneira de ensinar e aprender, ainda mais, utilizando a internet como base para esse fim – o que ainda promove inclusão digital.

2) Você considera que a modalidade EaD é eficiente para o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso semi-presencial de Serviço Social?

Com uso de animações, cenários diversos, entrevistas com outros especialistas, ilustrações, esquemas, modelos/estruturas tridimensionais, entre outros, os recursos

disponíveis na plataforma Moodle do curso somente vem facilitar o processo ensino e aprendizagem para os discentes.

3) Existem dificuldades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Bem... Não consigo identificar nenhuma dificuldade neste curso, pois a Coordenação vem procurado trabalhar de modo que nossos estudantes sintam-se incluídos e que tenham a oportunidade de alcançar uma formação que dê resultados positivos na atuação deles como cidadãos.

4) Existem facilidades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Dado a priorização do planejamento, incentivo à pesquisa e autonomia para a produção de conteúdos midiáticos, isso tudo facilita o processo de ensino no curso de Serviço Social em EaD.

5) Quais desafios você consegue identificar no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus/AM?

Os alunos e nós mesmos, professores, percebemos que, no Estado do Amazonas, falta uma internet eficiente. Mas, percebo que o curso em EaD de Serviço Social, foi pensado numa ótica de inclusão social, pois ele oferece condições iguais, tanto para alunos “normais” quanto para alunos deficientes.

6) O que você consegue identificar como superações no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD?

Consigo identificar esforços por parte da Coordenação Acadêmica da ULBRA que não mede esforços para procurar atender as especificidades que giram em torno de cada pessoa possuidora de deficiência no curso de Serviço Social em EaD. Inclusive, percebo que a própria metodologia do curso foi algo desafiador para atender essas questões. No

entanto, hoje vejo que os alunos com deficiência são contemplados com propostas que caminham para essa educação verdadeiramente inclusiva.

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DI1

GUIÃO DE ENTREVISTA

Questões

Introdução: Explicação ao entrevistado sobre o que se pretende com a entrevista, deixando-o à vontade e assegurando a confidencialidade da entrevista.

0) Perfil

- a) Qual seu nome? Anderson Braulio de Araújo.
- b) Sexo: Masculino (x) Feminino ()
- c) Idade? 30 anos
- d) Formação académica? Estudante do curso de Serviço Social em EaD da ULBRA.
- e) Professor? () Há quanto tempo exerce a docência?
Aluno? (x)
- f) Possui alguma experiência em EaD? Qual? Não. Foi somente a partir deste curso que conheci a Educação a Distância.

1) Como se constitui o processo de ensino na modalidade EaD no curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM?

O ensino e aprendizagem em EaD facilita o entendimento e melhora a didática e, com isso, o fortalecimento de conhecimentos, pois muitos processos são trabalhados dinamicamente na plataforma Moodle.

2) Você considera que a modalidade EaD é eficiente para o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso semi-presencial de Serviço Social?

Sim, pois os recursos tecnológicos digitais e também as aulas presenciais são dialogadas e nos permitem a cada dia desenvolver nossos conhecimentos sobre os conteúdos do curso. Os recursos a nós disponibilizados promovem um conhecimento diferenciado. As aulas podem ser consideradas diferenciadas e únicas aqui na ULBRA.

3) Existem dificuldades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Não consigo ver dificuldades, pois os nossos professores e tutores sempre estão disponíveis a nos ajudar.

4) Existem facilidades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Quando estamos estudando, nos sentimos felizes, pois esse curso só veio para realmente transformar nossas vidas. Além de aprendermos de fato, ainda utilizamos vários recursos tecnológicos que até pouco tempo não conhecíamos.

5) Quais desafios você consegue identificar no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus/AM?

Os pontos frágeis são a internet, como também uma melhor participação da sociedade para com nós, estudantes da ULBRA, pois percebemos que não somos ainda reconhecidos, Muitas vezes, somos tratados, como pessoas inferiores pelo fato de sermos deficientes. No entanto, isso acontece lá fora, pois aqui no curso de Serviço Social percebemos que somos tratados como pessoas iguais as que não são possuídas de algum tipo de deficiência. Também percebo que falta ainda realização de melhor aprimoramento em questões da acessibilidade.

6) O que você consegue identificar como superações no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD?

Olha, eu acho que muitas conquistas estão sendo feitas no nosso curso. No início tínhamos dificuldades para estudarmos, não conhecíamos direito como estudar com o ambiente virtual de aprendizagem e a sala de aula presencial era precária. Hoje temos instrumentos didáticos e recursos materiais que possibilitam que o nosso curso com ênfase na inclusão,

em particular, na inclusão de deficientes, seja uma referência educacional para o Estado do Amazonas.

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DI2

GUIÃO DE ENTREVISTA

Questões

Introdução: Explicação ao entrevistado sobre o que se pretende com a entrevista, deixando-o à vontade e assegurando a confidencialidade da entrevista.

0) Perfil

- a) Qual seu nome? Marcos dos Santos Neto.
- b) Sexo: Masculino (☒) Feminino (☐)
- c) Idade? 33 anos
- d) Formação académica? Estudante do curso de Serviço Social em EaD da ULBRA.
- e) Professor? (☐) Há quanto tempo exerce a docência?
Aluno? (☒)
- f) Possui alguma experiência em EaD? Qual? Não. Foi a primeira vez que tive a oportunidade de estudar na Educação a Distância.

1) Como se constitui o processo de ensino na modalidade EaD no curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM?

O ensino diferenciado proporciona que os conteúdos podem ser trabalhados através da internet, possibilitando uma participação ativa da gente. Também promove diálogo coletivo entre nós e os docentes. Além disso, o processo ensino e aprendizagem para nós, estudantes deficientes, foi algo que nos permitiu inclusão social e digital e melhores condições de aprendizagens e conscientização sobre diversos assuntos relacionados às práticas do assistente social.

2) Você considera que a modalidade EaD é eficiente para o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso semi-presencial de Serviço Social?

Aulas dinâmicas, inovadoras, com exemplos mais simples e didáticos do conteúdo abordado – é isso que eu posso dizer sobre o curso em EaD de Serviço Social. A utilização

de recursos tecnológicos inovadores promovem aulas dinâmicas, inovadoras, com exemplos mais simples e didáticos do conteúdo abordado. Os fóruns, o diálogo online construído entre nós, alunos, e nossos professores – tudo isso facilita a nossa aprendizagem.

3) Existem dificuldades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

No processo de ensino aprendizagem não vejo nenhuma dificuldade.

4) Existem facilidades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

A metodologia utilizada facilita o trabalho do professor, como também facilita a nossa aprendizagem e conhecimento dos diversos assuntos explorados. É muito bom poder estudar esse curso. Antes eu achava que não era possível aprender pela internet, agora estou vendo que é muito mais produtivo do que as aulas físicas em sala de aula.

5) Quais desafios você consegue identificar no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus/AM?

A internet é algo importante para ser pensado. Mas, eu gosto do curso de Serviço Social que estudo. A ULBRA tem oferecido condições para que nós, pudéssemos de fato, nos sentirmos iguais aos demais alunos. Me sinto, sim, incluído aqui. Por outro lado, percebo que, embora a ULBRA possua um projeto arquitetônica de acessibilidade, ainda falta muito para que todos os estudantes deficientes consigam se locomover da forma adequada na universidade. Isso aí precisa ser melhorado.

6) O que você consegue identificar como superações no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD?

Posso dizer que a forma como somos tratados com muito respeito é o que diferencia o curso de Serviço Social em EaD da ULBRA dos demais cursos que conheço. Somos

reconhecidos e motivados a estudar, além de sermos valorizados por nossos professores e tutores. Creio que o respeito é algo fundamental para uma educação verdadeiramente inclusiva.

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DI3

GUIÃO DE ENTREVISTA

Questões

Introdução: Explicação ao entrevistado sobre o que se pretende com a entrevista, deixando-o à vontade e assegurando a confidencialidade da entrevista.

0) Perfil

a) Qual seu nome? José Bonifácio Serrão da Costa.

b) Sexo: Masculino (☒) Feminino (☐)

c) Idade? 40 anos

d) Formação académica? Estudante do curso de Serviço Social em EaD da ULBRA.

e) Professor? (☐) Há quanto tempo exerce a docência?

Aluno? (☒)

f) Possui alguma experiência em EaD? Qual? Não. Meu ingresso neste curso foi minha primeira experiência.

1) Como se constitui o processo de ensino na modalidade EaD no curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM?

Os recursos midiáticos utilizados para o ensino e aprendizagem em EaD ajudam, nós, alunos a entender muitos processos sobre a atuação do Assistente Social, o que não seria tão claro em aulas convencionais. A EaD proporciona o uso de imagem, vídeos, Evobooks, realidade aumentada... Tudo isso deixa mais interessante e mais fácil a aprendizagem.

2) Você considera que a modalidade EaD é eficiente para o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso semi-presencial de Serviço Social?

Busco utilizar o máximo de recursos disponíveis no nosso curso e isso, com certeza, facilita a minha aprendizagem. Os recursos chamam mais nossa atenção e facilitam nosso entendimento sobre os assuntos trabalhados e isso torna a modalidade de EaD eficiente.

3) Existem dificuldades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Não vejo dificuldades nem na maneira como os professores ensinam e nem na forma como a gente aprende. Acho que a metodologia do nosso curso é suficiente boa para que possamos verdadeiramente aprender.

4) Existem facilidades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Olha, eu vejo que os recursos tecnológicos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem nos auxiliam e fortalecem a nossa aprendizagem.

5) Quais desafios você consegue identificar no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus/AM?

O acesso à uma internet de boa qualidade é o principal desafio enfrentado por nós. Mesmo assim, a gente consegue superar e aprender de fato.

6) O que você consegue identificar como superações no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD?

Bem... As superações na minha opinião são as seguintes: o nosso curso conseguiu desenvolver ações que realmente facilitaram o desenvolvimento de nossas aprendizagens. Por meio dele, conseguimos realizar várias atividades utilizando os mais diversos recursos tecnológicos, através do uso da plataforma de ensino. Também percebo que nossos professores e os tutores sempre nos incentivam e nos fazem acreditar que somos pessoas iguais, com direitos iguais aos considerados “normais”. É isso que percebo como superações e que caminham para a inclusão de forma verdadeira.

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DI4

GUIÃO DE ENTREVISTA

Questões

Introdução: Explicação ao entrevistado sobre o que se pretende com a entrevista, deixando-o à vontade e assegurando a confidencialidade da entrevista.

0) Perfil

a) Qual seu nome? Maria José Ferreira da Silva.

b) Sexo: Masculino () Feminino (x)

c) Idade? 36 anos

d) Formação académica? Estudante do curso de Serviço Social em EaD da ULBRA.

e) Professor? () Há quanto tempo exerce a docência?

Aluno? (x)

f) Possui alguma experiência em EaD? Qual? Não. Este curso tem sido minha primeira experiência.

1) Como se constitui o processo de ensino na modalidade EaD no curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM?

O processo de ensino e aprendizagem disponibilizado no curso de Serviço Social da ULBRA promove a utilização de diversos recursos didáticos que têm o objetivo de tornar a aula mais dinâmica e atrativa ao aluno, mostrar com detalhes o conteúdo explorado na aula.

2) Você considera que a modalidade EaD é eficiente para o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso semi-presencial de Serviço Social?

A sociedade está superando ainda que lentamente, o preconceito, de forma a possibilitar a acessibilidade e inclusão de fato e de direito. Estes são protagonistas de suas vidas e é claro quando não há quem interromper. É mais do que justo ter a garantia do direito de ir

e vir, de trabalhar, de estudar, ocupar cargos políticos, entre outros. Temos visto a EaD aqui na ULBRA - como chave para a inclusão do cidadão, quer seja deficiente ou não.

3) Existem dificuldades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Olha, eu não consigo ver dificuldades neste processo de ensinar e de aprender. Talvez o que eu poderia dizer não como dificuldade, mas como algo que precisar ser melhor otimizada – é a internet.

4) Existem facilidades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Existem sim. Os recursos tecnológicos digitais facilitam ainda mais nossa aprendizagem, pois através deles produzimos saberes e competências necessárias para nosso conhecimento.

5) Quais desafios você consegue identificar no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus/AM?

Os desafios são vários. Mas percebo que, principalmente, as pessoas ditas “normais” – precisam nos enxergar como pessoas que merecem ser tratadas com igualdade. Precisamos ser respeitados por todos na sociedade. Particularmente, o curso de Serviço Social em EaD da ULBRA tem correspondido nossas expectativas. Eu, em particular, não tenho visto algo depreciativo por parte dos nossos professores nem dos nossos colegas que não possuem deficiência. Além disso, gostaria de registrar que falta a ULBRA melhorar sobre acessibilidade para os estudantes deficientes. Ainda falta muito que se fazer nesse sentido.

6) O que você consegue identificar como superações no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD?

Não sei dizer se ocorre em nosso curso uma educação verdadeiramente inclusiva, de fato! Mas, o que posso dizer é que há um esforço inegável, tanto por parte da administração da

ULBRA como pelos nossos mestres e tutores – para que nosso curso se torne diferenciado no Amazonas. Isso porque a gente vê uma diferença positiva muito grande no tratamento. Somos respeitados, e isso já é um diferencial. Além disso, nós conseguimos de fato aprender através da plataforma de ensino e nos encontros presenciais. Então o que posso dizer é que nosso curso está caminhando para processos verdadeiramente inclusivos.

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DI5

GUIÃO DE ENTREVISTA

Questões

Introdução: Explicação ao entrevistado sobre o que se pretende com a entrevista, deixando-o à vontade e assegurando a confidencialidade da entrevista.

0) Perfil

- a) Qual seu nome? Ana Maria da Silva Nascimento.
- b) Sexo: Masculino () Feminino (x)
- c) Idade? 39 anos
- d) Formação académica? Estudante do curso de Serviço Social em EaD da ULBRA.
- e) Professor? () Há quanto tempo exerce a docência?
Aluno? (x)
- f) Possui alguma experiência em EaD? Qual? Não. Esta é minha primeira experiência.

1) Como se constitui o processo de ensino na modalidade EaD no curso semi-presencial de Serviço Social da ULBRA-Manaus/AM?

O ensino e aprendizagem em EaD pode contribuir à medida em que a Educação a Distância facilita a prática docente e discente e também traz uma dinâmica sobre as estratégias de estudo, enriquecendo os conteúdos. É nesse caminho que se constitui o ensino aqui na ULBRA.

2) Você considera que a modalidade EaD é eficiente para o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos do curso semi-presencial de Serviço Social?

Com certeza. A cada aula e a cada momento que interajo com o ambiente virtual percebo o quanto este curso promove conhecimentos.

3) Existem dificuldades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Acho que não, pois tudo aquilo que a gente tem dúvidas, os professores e tutores e toda estrutura desenvolvida na sala de aula presencial e na plataforma sanam qualquer possibilidade de dificuldades.

4) Existem facilidades no processo de ensino/aprendizagem na modalidade EaD do curso semi-presencial de Serviço Social? Se existem, quais são?

Os recursos midiáticos facilitam na disponibilização correta dos recursos em geral, por exemplo: o tempo para nós desenvolvermos as atividades que nos são solicitadas e a possibilidade de se usar diversos recursos, nos ajuda na compreensão dos conteúdos e consequentemente na nossa aprendizagem.

5) Quais desafios você consegue identificar no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD, oferecido pela ULBRA-Manaus/AM?

Acho que a sociedade em geral ainda precisa nos enxergar com muito respeito para poder nos valorizar e nos aceitar como verdadeiros cidadãos. Mas isso não é um desafio do nosso curso, pois ele consegue fazer esse diálogo, mas sim um desafio mais geral da sociedade.

6) O que você consegue identificar como superações no processo de uma educação verdadeiramente inclusiva no curso semi-presencial de Serviço Social na modalidade EaD?

Olha, o nosso curso é muito bom para nós que somos deficientes. Pois os nossos professores se preocupam conosco, nos respeitam, nos valorizam e nos incentivam para que possamos ser profissionais de sucesso. As aulas são dialogadas através da plataforma e também nos encontros presenciais, num sentido que nos possibilita alcançarmos nossos objetivos e transformarmos nossos sonhos em realidade. É claro que ainda existem muitos desafios, mas acho que o nosso curso está caminhando para essa educação verdadeiramente inclusiva.